



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA LV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

Realizada por videoconferência, através da Plataforma Google Meet (<https://meet.google.com/fsv-dhfb-tih>)

Aos 8 (oito) dias do mês de setembro de 2022, às 09h, através da Plataforma do Google Meet <https://meet.google.com/fsv-dhfb-tih>, com a participação dos conselheiros e participantes regularmente convocados e convidados, em sua grande maioria registrados no chat da reunião, eu, **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)** dei início aos trabalhos da LV Reunião Ordinária do CRH e, observada a **complementação do quórum necessário**, registramos que estiveram presentes à reunião os 28 (vinte e oito) conselheiros (as): **Alexandre Ramos (Ane-Suplente)**, **Álvaro Eugênio Duarte de França (FAEPE-Titular)**, **Anderson Luiz Ribeiro de Paiva (ABRHidro-Suplente)**, **Antônio Cláudio Sá Barreto Couto (FIEPE-Titular)**, **Antônio Ricardo Moura (AFCP-Titular)**, **Danuza Gusmão Gomes de Andrade Lima (SEDUH-Suplente)**, **Djair Barros Falcão (ABES/PE-Titular)**, **Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani (SECTI/PE-Suplente da SEMAS)**, **Fernandha Batista Lafayette (Presidente do CRH e Secretária da SEINFRA)**, **Francisco Assis de Santana (Colônia de Pescadores-Z-07/Rio Formoso-Titular)**, **Gabriela Murakami (SES/PE-Titular)**, **Jaime Cabral (UPE/Poli-Titular)**, **José de Assis Ferreira (ABAS/PE-Titular)**, **José Liberato (ABAS/PE-Suplente)**, **Marcelo Luiz Cavalcanti Teixeira (CODEVASF/Recife-Titular)**, **Maria Daguia Alves Neta (Colônia de Pescadores Z-29/Floresta-Titular)**, **Nyadja Menezes Rodrigues Ramos (COMPESA-Titular)**, **Paulo André Dias da Silva Neto (Associação Fazenda Fieza-Suplente)**, **Pedro João de Souza (Colônia de Pescadores Z-29/Floresta-Suplente)**, **Renata Maria Caminha Mendes de Oliveira Carvalho (IFPE/Recife-Titular)**, **Ricardo Augusto Pessoa Braga (ANE-Titular)**, **Rodolfo Silva Fraga (SEPLAG-Suplente)**, **Severino Antônio dos Santos (Colônia de Pescadores Z-7/Rio Formoso-Suplente)**, **Simone Rosa da Silva (Secretária Executiva do CRH e SERH/SEINFRA)**, **Tiago Delfino de Carvalho Filho (SINDAÇÚCAR-Titular)**, **Waldir Duarte da Costa (UNIECO-Titular)**, **Wellington Eliazar (COBHs-Suplente)**, **Erivaldo Pedro (Repres.do Sertão/Pref.Salgueiro)**.
Presentes também os 21 (vinte e um) convidados (as), a seguir relacionados (as): **Anna Elis P. Soares (SERH/Seinfra)**, **Alana Tavares (Seinfra)**, **Barbara Portela (Mestranda da UPE)**, **Carlos Bortoli (Consórcio Profill-AlfaSigma)**, **Cássia Araújo (CTAS-ANBEM-Titular e Coordenadora-CTAS)**, **Crystianne Rosal (DRM-Apac)**, **Élcio Alves de Barros e Silva (CTPPP-SEMAS/PE-Titular)**, **Ericka Melo (GRAC-Apac)**, **Erik Cavalcanti e Silva (GPSI-Apac)**, **Elisabeth Lima (Compesa)**, **Gizélia Rodrigues (SERH/Seinfra)**, **Gustavo Pestana (GAOB-Apac)**, **José Carlos Queiroga (CTPPP-FIEPE-Titular)**, **José Carlos Martinazzo Júnior (CTPPP-FIEPE-Suplente)**, **Lorenzza Leite (DRH-Apac)**, **Pedro T.Firmo (CTALI-SEMAS/PE-Titular e Secretário-CTALI)**, **Cristiano José (Presid.da ABES/PE-CTPPP)**, **Roberta Alcoforado (Consórcio Profill-AlfaSigma)**, **Sandra Maria Ferraz de Sá (CTALI-SERH/Seinfra-Titular)**, **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da Apac)**, **Vitor Florêncio (Mestrando da UPE)**.
Simone Rosa: “Bom dia a todos! Damos início então a 55ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu convido a Secretária **Fernandha Batista**, que é a presidente do Conselho Estadual, para fazer a nossa Abertura – bom dia, **Fernandha!**” **Fernandha Batista (Presidente do CRH e Secretaria SEINFRA):** “Bom dia a todos! Se puder sinalizar aí, que estão me ouvindo, pois é uma satisfação mais uma vez estar aqui?” **Simone Rosa:** “Estamos lhe ouvindo!” **Presidente Fernandha Batista:** “Mais uma vez esse nosso encontro. Queríamos agradecer a participação de todos os conselheiros! Cumprimentar cada um dos senhores e senhoras e tratar assim, inicialmente, de um agradecimento especial a toda dedicação que a Secretária Executiva **Simone Rosa**, toda equipe, **Sandra Ferraz**, **Gizélia**, enfim, de toda a equipe vem atuando nesse tema para efetivar a nossa gestão participava e descentralizada. Eu queria deixar aqui os cumprimentos, e também parabenizar, toda a equipe da Apac, em nome da Presidente **Suzana Montenegro!** Não tenho dúvida que é uma das gestões mais exitosas, em relação a nossa gestão, que deve ser sempre participava nesse tema de interesse coletivo! É um dia de grande importância, a gente está trazendo pautas que tanto esperamos e tanto lutamos para termos, por exemplo, o nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE), atualizado! Esse trabalho foi concluído com grandes esforços. Parabenizar também a empresa contratada que muito se dedicou, apesar aí de todos os desafios de uma pandemia no meio da execução do contrato, mas foi possível realizar esse trabalho e aí, em nome da Apac e da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos também, queria agradecer e parabenizar por toda a dedicação, muito importante para o Estado de Pernambuco, que sempre se dedicou, tanto para cumprir o que a

47 Lei determina, para gerir de forma adequada os recursos hídricos e ter o Plano Estadual de Recursos Hídricos,
48 juntamente com outros planos, que a Apac vem também sempre buscando desenvolver, para trazer tecnologia para
49 agregar soluções científicas que vão otimizar a gestão dos recursos hídricos no Estado – isso tudo faz com que
50 Pernambuco se mantenha como um dos estados mais atuantes nesse tema! A gente ouve, de forma permanente, pela
51 Agência Nacional de Águas, por exemplo, no Ministério de Desenvolvimento Regional como que “Pernambuco se porta
52 diante da Legislação, em busca de cumpri-la para torná-la sempre mais exitosa com seu trabalho!” Então, queria aqui
53 deixar meu cumprimento a todos e também o nosso agradecimento, pois sempre que convocamos as reuniões, a
54 gente tem aí um quórum significativo, que faz com que possamos cumprir nosso papel e nosso dever nesse tema tão
55 especial! Devolvo a palavra para **Simone Rosa** e agradeço a atenção de todos, um abraço!” **Simone Rosa**: “Muito
56 obrigada, nossa Presidente do Conselho **Fernandha Batista**, pelas suas palavras iniciais, sempre aqui abrihantando
57 nossa reunião! E vamos dar seguimento com a nossa pauta, iniciando pelos Informes, certo? E aí eu vou quebrar um
58 pouquinho o protocolo e vou fazer um Informe bastante rápido, mas de interesse de todos, mas que não entrou na
59 pauta porque foi um acontecimento na data de ontem! Então, ontem nós tivemos a publicação da Portaria CRH que dá
60 posse aos novos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, por que essa Portaria? Porque antes
61 da pandemia a gente tinha posses com o Livro de Posses - o Termo de Posse! Então, nós tínhamos a reunião
62 presencial e cada conselheiro ia lá, assinava o Livro de Posses e recebia seu Termo de Posse. Com essas reuniões
63 remotas, então nós buscamos verificar como a gente poderia formalizar essa posse, e estamos seguindo aqui como
64 tem sido feito no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Então, a gente publicou uma Portaria e essa
65 Portaria foi publicada ontem, no dia 07 de setembro, no DOE/PE, e por isso vocês Conselheiros ainda não receberam,
66 mas por certo receberão em seguida, já na data de hoje, não é **Gizélia**? A gente providencia para encaminhar aos
67 Conselheiros! Então, através dessa Portaria, que foi uma Portaria do CRH nº 01/2022, ela formaliza a posse dos
68 Conselheiros. Logo, só esse breve Informe, que não estava na pauta por questões de que a publicação aconteceu
69 ontem, ok? Então, dado aí o Informe, vocês receberão a cópia da publicação de ontem! A Presidente da Apac está
70 pedindo para fazer também um Informe sobre a Consulta Pública, da Resolução do CNRH. Então, eu vou aproveitar
71 essa nossa quebra de protocolo e vou passar a palavra para a **Suzana**, para ela dar esse breve Informe e depois a
72 gente inicia nossos trabalhos, pelos Informes que estão na pauta, por favor, **Suzana**!” **Suzana Montenegro (DP-
73 Apac)**: “Obrigada, **Simone**! Bom dia a todos! O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e algumas das suas
74 câmaras técnicas têm uma agenda normativa que foi definida aí no contexto do Plano Nacional de Recursos Hídricos
75 (PNRH) – acho que todos têm acompanhado! Só para reforçar, eu assumi em maio a Coordenação da Câmara
76 Técnica de Planejamento (do CNRH) – uma Agenda Normativa. Então, nós temos uma Agenda de Revisão de
77 Resoluções, de novas proposições, que serão então encaminhadas para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e
78 claro que é muito importante – como **Fernandha** colocou agora a pouco, a Secretária **Fernandha**, de fato essa
79 Agenda Participativa. Então, a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA), começou a revisão da
80 Resolução nº 145, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que dá as diretrizes para elaboração de
81 Planos de Bacias Hidrográficas. É uma resolução que é do ano, acho que foi de 2012, 2012, e já cumpriu uma parte
82 dessa revisão, através de um Grupo de Trabalho (GT) e também com a colaboração da própria ANA, da Agência
83 Nacional de Águas e Saneamento Básico, que contribuiu, depois da primeira revisão por esse Grupo de Trabalho, por
84 esse GT, com uma Nova Técnica. Então, a gente já tem alguns avanços, mas achou que era muito importante essa
85 Resolução, enfim para todo o sistema. Agora, recentemente, há duas semanas, nós tivemos um espaço na Assembleia
86 Geral do ENCOB (Encontro Nacional dos Comitês de Bacias) para fazer essa divulgação, assim como no Fórum
87 Nacional de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, o FENOGA. Então, também durante o ENCOB, foram duas
88 reuniões em que nós fizemos a divulgação dessa Consulta Pública que está aberta! Vou colocar aqui o link, pois estará
89 aberta até o dia 30 de setembro. Portanto, essa “janela” era justamente para que a gente mobilizasse os conselhos
90 estaduais, os comitês de bacias, o fórum de órgãos gestores. Então, é mais uma oportunidade aí de participação
91 efetiva. Obrigada, **Simone**, qualquer dúvida, estou à disposição!” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Suzana**! Então, eu acho
92 sempre muito importante a gente ficar situando aqui os nossos Conselheiros do Conselho Estadual de Pernambuco
93 também, sobre o que tem ocorrido aí no âmbito nacional. Então, é importante essa participação de **Suzana** na Câmara
94 Técnica de Planejamento e Articulação do CNRH (CTPA). E aí, dando sequência, eu já vou entrar num assunto que
95 também está diretamente ligado ao Conselho Nacional, que é o primeiro Informe que consta na pauta: Segurança de
96 Barragens – discussões no cenário nacional e estadual. Então, eu participo da Câmara Técnica de Segurança de
97 Barragens, do Conselho Nacional – e como se dá essa participação? E aí, vou falar na parte mais ampla: o Conselho
98 Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (CRH), ele tem representação no Conselho Nacional, e quem o

99 representa no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) é a nossa Presidente, a Secretária **Fernandha**
100 **Batista** e existe uma divisão do mandato entre três estados. Então, a nossa participação é dividida com o Conselho de
101 Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte e da Paraíba. E só lembrando aqui aos Conselheiros, que houve uma
102 reestruturação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na sua composição. Isso aconteceu em 2019, com a
103 mudança do Governo Federal e acabou que só no final do ano, já foi em dezembro de 2019, que houve então a
104 Portaria com os novos Conselheiros. E aí a nossa participação ficou dividida! Então, nós temos um titular e dois
105 suplentes: o primeiro-suplente, o segundo-suplente e aí nos dividimos para esse mandato. Então, em 2020, o
106 Conselheiro Titular era o Conselho do Rio Grande do Norte. Em 2021, foi o Conselho da Paraíba e, nesse ano de
107 2022, o Conselho Estadual de Pernambuco, então a Secretária **Fernandha** ela participa como Membro Titular do
108 Conselho Nacional. Então, só para esclarecer esse ponto, aqui com os Conselheiros, o nosso assento no Conselho
109 Nacional e nas Câmaras Técnicas: eu represento o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e participo aí, desde
110 2019, da Câmara Técnica de Segurança de Barragens e aí cabe aqui informar que têm sido elaboradas algumas
111 Moções, no âmbito da Câmara Técnica de Segurança de Barragens e na última reunião, foram finalizadas as minutas
112 de 04 (quatro) Moções específicas sobre Segurança de Barragens: uma delas, especificamente, com recomendações
113 para os Comitês de Bacias – aí, só a título de informação; a outra com recomendação para o Congresso Nacional; a
114 terceira é com recomendação para os Governos Estaduais e do Distrito Federal; e a quarta, com recomendações para
115 os órgãos fiscalizadores de Segurança de Barragens. Então, vou focar no Informe, nesta resolução que é voltada para
116 os Comitês de Bacias, que possui vários considerandos e, basicamente, o que ela coloca como recomendação é: que
117 sejam feitas capacitações, treinamentos, com o foco de Segurança de Barragens e de Gestão de Riscos – que os
118 Comitês então, incentivem essas capacitações, que fomentem a cultura de que seus membros se capacitem na
119 Segurança de Barragens e que insiram a Gestão de Riscos e a Prevenção de Segurança de Barragens nos Planos de
120 Recursos Hídricos das Bacias! Então, vejam que isso já é uma recomendação aí forte para fazer um “link” com o
121 instrumento forte que é o Plano de Bacia – que promovam debates no âmbito do Comitê, para que se discuta cada vez
122 mais e se busque implementar a Política Nacional de Segurança de Barragens! Então, é uma Moção importante
123 porque ela traz os Comitês de Bacia para o cenário da Política Nacional de Segurança de Barragens. Então, queria
124 enfatizar que essa Moção ainda não foi aprovada – ela foi aprovada no âmbito da Câmara Técnica de Segurança de
125 Barragens (CTSB), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A câmara técnica, na sua última reunião,
126 emitiu um Parecer e aí vai seguir o trâmite normal – ela vai para a Câmara Técnica de Assuntos Legais, do Conselho
127 Nacional, e depois de aprovada, então vai ser encaminhada a Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
128 Então, eu já quis dar esse “spoiler” aqui para vocês, digamos assim, a Moção ainda não foi aprovada pelo Conselho
129 Nacional, mas ela está em tramitação e já para que a gente aqui em Pernambuco, fique também aí antenados,
130 digamos assim, para já trazer esse assunto para as pautas dos Comitês! Enfim, era esse era o Informe sobre a
131 Segurança de Barragens que foi o Informe número 01 (um). Na sequência, temos o Informe sobre o Seminário de
132 Controle de Cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe: esse Seminário foi realizado, foi uma iniciativa do Comitê
133 da Bacia do Rio Capibaribe (COBH-Capibaribe). Foi realizado no dia 18 de agosto deste ano, lá no município de Lagoa
134 do Carro, em que recebemos um convite para participação. O quê que motivou este Seminário? Nós tivemos um ano,
135 não vou dizer nenhuma novidade aqui, mas tivemos um ano bastante chuvoso! Então, o período chuvoso de 2022,
136 realmente trouxe aí eventos extremos como não víamos há vários anos, inclusive com consequências aí para a
137 população, e por conta disso, nós precisamos, na Bacia do Capibaribe, operar as barragens – então, seguir o nosso
138 protocolo! Já existe um Protocolo para a Operação do Sistema de Controle de Cheias da Bacia do Rio Capibaribe e
139 precisamos operar as barragens – a Barragem de Carpina, a Barragem de Glória do Goitá. Então, essas operações,
140 claro, têm impacto na população – abre comporta, fecha comporta e aí, houve uma demanda do Comitê para que a
141 gente fizesse uma apresentação. Então, recebemos um convite formal, a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos
142 (SERH), e atendemos a este convite, o engenheiro **Gastão Cerquinho** esteve presente na reunião do dia 18 (dezoito)
143 e apresentou, de forma bem detalhada, como funciona o Protocolo de Operação do Sistema de Cheias do Capibaribe.
144 Então, o objetivo da nossa participação nesse Seminário foi de esclarecer ao Comitê, inclusive já havíamos recebido
145 uma demanda do Comitê, para que cada vez que houvesse uma alteração das barragens do Capibaribe, que o Comitê
146 fosse informado previamente, mas aí nós esclarecemos que não havia essa possibilidade, que não era viável, porque
147 quando a gente está no evento de cheia extrema é tudo muito dinâmico e a gente tem um Protocolo a seguir. Então,
148 basicamente a nossa participação, foi o convite de esclarecer aos membros do Comitê – uma função bastante
149 importante e considere que o objeto foi cumprido! Então, após a apresentação, houve debates, houve esclarecimentos,
150 houve a participação da Apac também! Então, só a título de informação aqui para os Conselheiros de que está

151 havendo esse alinhamento, digamos assim, com o Comitê da Bacia, e que foram passadas todas as informações
152 sobre o Protocolo e nos colocamos à disposição aqui, para a gente poder estar sempre atendendo as demandas. Bem,
153 nesse Informe, eu gostaria até de saber se algum representante da Apac ou se o próprio Presidente do Comitê do
154 Capibaribe – que é o **Paulo Bandeira** gostaria de complementar, de trazer mais informações sobre o Cenário do
155 Capibaribe? Eu acredito que dei um Informe de maneira bem completa, mas caso haja alguma dúvida. **Suzana**, por
156 favor, pode complementar!” **Suzana Montenegro (DP-Apac)**: “Não, só assim, acho que é sempre uma oportunidade a
157 gente dizer que esses Protocolos têm que ser estabelecidos previamente, mas quando a gente efetivamente vai para
158 as ações que estão previstas no Protocolo, a gente sempre identifica algo – é uma oportunidade a necessidade de
159 atualização, de revisão, e não foi diferente esse ano. E acho que até esse próprio Seminário, essa própria oficina,
160 poderia entrar também já numa rotina – porque tudo se inicia, na verdade, quando a gente já tem uma Previsão
161 Climática para o período chuvoso! Então, a gente já sabia que a Apac tinha a Previsão Climática desde março e, que
162 esse período, que essa quadra chuvosa, seria com eventos de maior intensidade, com a possibilidade de ocorrência
163 de eventos concentrados e com volumes, com acumulados acima da média histórica! Então, isso dá uma oportunidade
164 da gente efetivamente se articular, porque o Protocolo nada mais é do que uma articulação de instituições! Como diz a
165 Defesa Civil, e eu já aprendi, repito sempre, a Defesa Civil é um sistema do qual todos nós fazemos parte! Então, acho
166 que esse é um contexto importante também, tem toda uma série de ações e que acho que a gente vai aprendendo à
167 medida que vai rodando o Protocolo. Mas eu acho que mesmo com todos os problemas que tivemos nesse período
168 chuvoso, acho que o Protocolo foi de fato muito eficaz – só isso, só para acrescentar. E **Clênio** participa ativamente,
169 assim como, tanto a Gerência de Planos, de Monitoramento participam, e a própria Gerência de Meteorologia, porque
170 muitas vezes não é um simples cumprimento de uma regra, pois tudo tem a ver também, com a previsão para os dias
171 seguintes ao evento de precipitação, a questão do volume que cada barragem atinge – é só para complementar,
172 obrigada!” **Simone Rosa**: “Perfeito **Suzana**, foi muito importante a sua complementação! Até eu vou enfatizar mais um
173 pouco também porque para a população de forma geral, talvez não seja evidente a importância desse Protocolo, que a
174 gente tentou levar isso para os membros do Comitê do Capibaribe e, que de fato a execução desse Protocolo, o
175 cumprimento à risca, cada um com suas competências, Secretaria, Apac, Compesa, que aqui também participa aí na
176 alteração, na logística da operação das barragens que, na minha opinião, como além de Secretária Executiva do
177 Conselho, mas como técnica, hidróloga e profissional da área de recursos hídricos, eu acho que conseguimos agir de
178 forma bastante eficiente e que se a gente não tivesse tido esse critério de fazer constantemente – a gente passou aí
179 semanas e semanas sem ter fins-de-semana, não é **Suzana**? Equipe da Apac, equipe da Secretaria, a gente sempre,
180 eu me senti a própria funcionária da Defesa Civil porque ficamos em alerta de 24 horas! Então, eu acho que isso foi
181 muito importante para que a gente evitasse possíveis consequências, que poderiam ter ocorrido, caso a gente não
182 tivesse de fato conseguido seguir o Protocolo. Bom, e aí nós temos na sequência o conselheiro, representante da
183 Fazenda Fieza, e depois a professora **Roberta**. Então, Fazenda Fieza, por favor, está fechado o seu microfone **Paulo**.”
184 **Paulo André Silva (Associação Fazenda Fieza)**: “Perdoe-me, bom dia a todos! **Simone**, parabéns pela sua ação
185 diuturna, durante esse estresse, mas o estresse maior nós não chegamos a ter! Imagine se essas chuvas que
186 aconteceram na Zona da Mata, tivesse acontecido aqui no Alto Capibaribe e Jucazinho vertendo? Então eu vou
187 aproveitar a sua, a Moção – você falou aí sobre a Moção no Conselho Federal, e dizer o seguinte: eu acho que é muito
188 importante ter um treinamento para o pessoal dos Comitês, para que não seja somente na emergência que eles
189 tenham que ser informados – eles acompanham! Então, o Comitê poderia designar um membro para estar fazendo
190 parte da Defesa Civil ou acompanhamento de barragens – ter uma espécie de um Plano de Emergencial, Plano de
191 Ação Emergencial, tanto para a época de muita chuva, que precisa manejar as barragens, abrir e fechar as comportas,
192 como na época da seca também. Então, eu acho que seria muito importante o conselho liderar, junto ao Governo do
193 Estado, para que houvesse um treinamento em todos os Comitês, mais especificamente no Capibaribe, onde estão
194 essas barragens mais sensíveis, vamos dizer assim. Então, juntando o assunto da Moção que está sendo feita lá no
195 conselho, trazendo diretamente pra cá, a gente antecipa, fazer treinamento com alguém do Comitê para que o Comitê
196 possa participar ativamente dessa política de governança das barragens, obrigado!” **Simone Rosa**: “Registrada então
197 a sua sugestão, e vamos avaliar aí juntamente com a Apac, futuramente, porque todo ano a gente reavalia o Protocolo
198 e isso não acontece não só na bacia do Capibaribe, mas como na Mata Sul, na Bacia do Rio Una, então a gente vai
199 avaliar essa sugestão do conselheiro para verificar a possibilidade aí de alguém do Comitê acompanhar – mesmo que
200 não fazendo parte da missão, obrigada! Professora **Roberta**.” **Paulo André Silva (Associação Fazenda Fieza)**:
201 “Desculpe, tem que fazer o treinamento – esse treinamento que está sendo sugerido lá no Conselho Federal, trazer
202 pra cá – haver um treinamento para que as pessoas fiquem inteiradas dessa ação!” **Simone Rosa**: “Perfeito, perfeito!”

203 A Apac coordena a questão das capacitações. Então, a gente pode avaliar como incluir essa parte de segurança
204 também nas capacitações. Professora **Roberta**, com a palavra.” **Roberta Alcoforado (Consórcio Profill-AlfaSigma):**
205 “Bom dia a todos! Desculpe, estou um pouco gripada hoje, a voz não está muito boa, mas de fato eu, como membro do
206 Comitê do Capibaribe, como fazendo parte da Câmara Técnica de Leis e Normas, e também do Comitê do Capibaribe,
207 solicitamos esse Seminário e fomos muito bem atendidos – tanto pela Secretaria Executiva de Recursos Hídricos,
208 como pela Apac, que compareceram, mandaram seus técnicos. Eles fizeram excelentes apresentações. O nosso
209 público-alvo eram os pescadores, eles ficaram satisfeitos com a apresentação, porém a gente volta a reiterar nossa
210 solicitação de estar fazendo parte desse Comitê de Acompanhamento do Protocolo. Realmente, o Protocolo foi muito
211 bem apresentado, ele foi muito bem seguido, não tivemos maiores problemas, tivemos muita chuva. A gente
212 acompanhou isso, só que a gente quer ter acesso a essa informação, pra gente poder passar essa informação para os
213 nossos colegas de Comitê – a gente só fica sabendo que uma comporta foi aberta, quando sai no jornal no dia
214 anterior! Então, complementando aqui o colega que também é membro do Capibaribe, o nosso **Paulo Fieza** aqui – é
215 isso que a gente vem solicitar: a gente não quer ser consultado, a gente não quer saber o que é que a gente acha a
216 respeito do Protocolo, porque nossa opinião é extremamente bem executada! A gente quer ter acesso à informação
217 para a gente poder tranquilizar até os pescadores que ficam, às vezes até chorando, sem saber o que está
218 acontecendo, sem saber quando vai abrir e quando vai fechar – então, a gente só quer isso! A gente só pede para ter
219 acesso a essa informação de maneira assim, vamos dizer que privilegiada, no momento em que ela é tomada – não é
220 questionar o que a gente quer? A gente só quer poder comunicar de forma segura, porque a gente fica, às vezes,
221 utilizando-se de relações de amizade que a gente tem com os técnicos, que estão lá tomando a decisão, e a gente se
222 comunica com um e com outro, e passa a informação de forma extraoficial! Então, seria interessante, seria muito bom,
223 até para evitar a desinformação ou acesso à informação por canais que não são apropriados – é só isso que a gente
224 vem solicitar, mas a gente já está protocolando um novo ofício, uma nova carta, fazendo essa solicitação, em
225 específico. Mas agradecemos aqui, em nome do Comitê, a disponibilidade e a realização do Seminário, foi excelente!”
226 **Simone Rosa:** “Ok, então registrado! Importante formalizar também, mas assim, bem colocado e assim, o que a gente
227 vai fazer é muito simples, é que a gente vai incluir, quando a gente sempre altera o Protocolo, a gente dispara isso
228 para a Defesa Civil, para prefeituras, etc. e tal, e a gente vai incluir nesse rol, o Comitê do Capibaribe – que de fato não
229 estava ainda, mas eu acho que isso é uma construção, a gestão é isso, uma construção coletiva e a gente na hora dos
230 momentos de tensão é que a gente tem que tomar decisão rapidamente, realmente passou – o Comitê não foi
231 comunicado, mas já estamos revendo pra gente avançar, cada vez mais, da forma mais participativa e poder ter
232 melhores resultados ainda, porque muitas vezes o Comitê tem as pessoas que estão lá no local e traz a informação.
233 Então, é tudo muito dinâmico, mas eu tenho certeza que vai somente somar a participação do Comitê.” **Roberta**
234 **Alcoforado (Consórcio Profill-AlfaSigma):** “Obrigada, **Simone!**” **Simone Rosa:** “De nada! Passamos então para o
235 nosso próximo ponto, e último ponto dos Informes, que é relativo ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Goiana e aí o
236 motivo de incluir como ponto de pauta é que recebemos um ofício, o Ofício nº 08/2022 do COBH-Goiana, datado de 10
237 de agosto, e ele faz diversos “considerandos” e depois de todos “os considerandos” ele coloca ao fim, um
238 “considerando” bastante importante, a questão da Dominialidade do Rio Capibaribe/Goiana. Repetindo, por conta da
239 microfonia: então temos o Ofício do Comitê do Rio Goiana, o Ofício nº 08/2022, do dia 10 de agosto, que faz vários
240 “considerandos” – um dos principais é sobre a questão da Dominialidade do Rio Goiana, que por fazer divisa com
241 Pernambuco e Paraíba é um rio de domínio da União, certo? E a solicitação é que o conselho interceda neste assunto,
242 e aí o assunto é, como foi colocado, de que por o Rio Goiana ser um rio de domínio federal então tem que haver aí
243 uma condução por parte da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Bem, como foi pedido ao
244 conselho que intercedesse, eu aproveitei a oportunidade da realização do ENCOB, do Encontro Nacional dos Comitês
245 de Bacia, então participei do ENCOB que aconteceu entre os dias 22 e 26 de agosto, lá em Foz do Iguaçu, e aí queria
246 até fazer um parênteses e informar que nós tivemos uma ampla participação de representantes de Comitês de
247 Pernambuco, através do programa Procomitês aí, então a Apac vem dando esse suporte – não só de membros do
248 Comitê da Bacia do Goiana, mas de vários Comitês e Conselhos de Usuários. Foi um evento importantíssimo, mais de
249 3.000 (três mil) pessoas participaram de forma presencial e remota! O evento contou aí com uma jornada de
250 capacitação com oficinas, com mesas redondas, com uma participação maciça de técnicos da Agência Nacional de
251 Águas e Saneamento Básico (ANA) e de Comitês aí de diversos estados do Brasil, Comitês de Rios de Domínios da
252 União e dos Estados. Então, eu acho que é muito importante a gente pontuar isso porque Pernambuco ele está
253 participando aí no cenário nacional e não só a questão das jornadas, mas teve muito a apresentação de “cases”, os
254 Comitês iam lá e colocavam essa situação. Então, essa troca de experiências entre membros de Comitês é muito

255 importante – eu acho que é tão importante quanto às capacitações que aconteceram! Então cabe registrar aí que o
256 Estado de Pernambuco está digamos assim, participando ativamente aí do ENCOB! Mas voltando aqui para a questão
257 do Ofício do Goiana, eu aproveitei a minha participação no ENCOB e tive uma reunião com o Superintendente de
258 Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA, o Senhor **Humberto Gonçalves**, no qual
259 ele me relatou que de fato a ANA recebeu o ofício aí do Comitê do Goiana e que ele inclusive agendou reunião, com a
260 participação da Apac e a Presidência do Goiana, e que essa reunião na verdade acabou não acontecendo, porque não
261 houve a participação, não houve o comparecimento aí na reunião virtual de nenhum representante do Goiana – essa
262 foi a justificativa que me foi dada! Bom, eu vou passar a palavra já para você **Wellington**, mas antes disso eu queria
263 passar a palavra também para um representante da Apac, porque nós já temos algumas novidades, elas foram assim
264 bem recentes! Então, acho importante que a Apac também faça a sua colocação e depois a gente passa a palavra
265 para você, ok Conselheiro **Wellington?** **Wellington Eliazar (COBHs):** “Como Conselheiro eu pediria a precedência!”
266 **Simone Rosa:** “Ok, então sem nenhum problema – eu passo a palavra para **Wellington**, após **Wellington** então expor
267 aí o seu ponto de vista, a gente passa depois a palavra aí para a Apac, porque ela vai complementar, que dar as
268 informações mais recentes! Pode falar, **Wellington.**” **Wellington Eliazar (COBHs):** “Realmente, estou achando
269 estanho só isso **Simone**, o Comitê não ter estado na reunião – nós nunca faltamos nenhuma reunião! A reunião que
270 houve foi entre a Apac e a ANA - o Comitê não foi convidado! Amanhã, nós temos uma reunião agendada que eu, sem
271 sombra de dúvidas, e não tenho a menor dúvida, eu só não, todo o Comitê sabe que será a primeira, de uma série até
272 que a ANA exerça sua função de articuladora junto aos três sistemas de recursos hídricos que é o federal, o estadual
273 de Pernambuco e o estadual da Paraíba – e ela como é a delegada obrigatória, essa articulação obrigatoriamente terá
274 de ser feita pela ANA e está marcada para amanhã, às nove horas e eu estarei presente, **Jorge** estará presente! Toda
275 reunião que nós fomos convidados nós vamos, desde que nossa agenda permita! Agora, sem sombra de dúvidas, será
276 a primeira reunião de uma série de reuniões posteriores!” **Simone Rosa:** “Ok, obrigada, **Wellington!** Eu só queria
277 reforçar que assim, a informação que eu dei aqui foi a informação que o Superintendente da ANA, **Humberto**
278 **Gonçalves**, me repassou. Então, não sei se houve alguma falha de comunicação, mas enfim, eu acho que o mais
279 importante é a gente avançar e a gente vai caminhar nesse sentido e aí eu vou passar a palavra para – não sei qual é
280 a ordem. O **Erick** levantou a mão dele primeiro, mas a **Suzana** também quer falar e aí **Suzana**, passa como?
281 Obedecendo a hierarquia, **Erick**, eu vou passar primeiro para a **Suzana** e aí vocês se complementam, ok? Pode falar,
282 **Suzana.**” **Suzana Montenegro (DP-Apac):** “Ok, **Erick** pode complementar depois, mas eu achei importante o
283 **Wellington** ter se colocado primeiro, sim claro, como conselheiro e com a visão dele! Na verdade quando esse
284 assunto chegou aqui na Apac, nós recebemos um ofício e respondemos ao ofício, com o entendimento da Apac em
285 relação à questão da dominialidade que é muito clara, mas na sequência, nós procuramos a ANA para uma primeira
286 reunião, para explicar o problema, eu não lembro muito bem, mas **Erik** deve lembrar, não sei se essa reunião foi em
287 março, acho que foi em março, e na verdade a ANA já estava nesse momento com uma Diretoria provisória, a Diretoria
288 só tinha um membro de fato, titular na Diretoria da ANA, dos cinco Diretores – todos os outros estavam *pro tempore*,
289 não é? Estavam no processo de mudança da Diretoria e nós tivemos essa primeira reunião, a ANA e a Apac, para de
290 fato abrir a agenda e, na sequência, eu soube que a própria Superintendência de Apoio aos Sistemas, a SAS, com o
291 **Humberto Gonçalves**, tentou um agendamento com o Comitê da Bacia – e aí, talvez tenha havido um desencontro,
292 mas essa primeira reunião não tinha a pretensão de esgotar nenhuma discussão e de nenhuma deliberação.
293 Evidentemente, que o Estado da Paraíba – isso foi combinado durante a reunião, o Estado da Paraíba seria
294 convidado! Eu cheguei, inclusive, a fazer um contato prévio com o Diretor-Presidente da AESA/PB (Agência Executiva
295 de Gestão das Águas, da Paraíba) e o próprio Comitê de Bacia, só que ocorreu de fato esse processo de troca de
296 Diretoria e, em chegando o ofício do Comitê da Bacia do Rio Goiana para a SAS, para a Superintendência, eles
297 ficaram aguardando a Diretoria colegiada da ANA se posicionar, inclusive com relação às possíveis alterações – o que
298 é normal, quando uma Diretoria assume no quadro de pessoas, e isso foi informado ao Comitê da Bacia agora,
299 recentemente, no mês de junho, que nós tínhamos já feito esse contato, estávamos aguardando o retorno para uma
300 agenda de reuniões, e foi informado em uma oficina do Plano da Bacia do Rio Goiana – foi informado aqui, na
301 presença da empresa consultora e também dos membros do Comitê de Bacia, e também tivemos contato inclusive,
302 anterior ao próprio ENCOB, com o **Humberto**, o Superintendente e, durante o ENCOB, **Simone** também conversou
303 com ele, e essa agenda, portanto, foi aberta para amanhã! Como diz o **Wellington** é a primeira, de uma sequência de
304 reuniões, inclusive envolvendo o órgão gestor da Paraíba, que já se colocou também à disposição para essa agenda
305 de discussões – só isso, obrigada! **Erik**, pode complementar alguma coisa, por favor?” **Erik Cavalcanti (GPSI-Apac):**
306 “Obrigado, **Suzana!** Não, você deu 99% das informações. Eu só queria reforçar o que o **Wellington** disse: que essa

307 primeira aproximação que a gente teve com a ANA, na verdade foi porque a ANA recebeu essa demanda do Comitê e
308 aí para conversar melhor, para tentar entender melhor a questão, eles nos convidaram para conversar – mas é como o
309 **Wellington** falou: o Comitê não foi convocado não! Ele não faltou a nenhuma reunião, pois sempre que a gente chama
310 ele está presente! Amanhã, a gente vai estar lá, conversando com a ANA!” **Simone Rosa**: “Ok, obrigada **Erik**, obrigada
311 **Suzana**! Então, encerramos então essa parte dos Informes e aí passamos então na sequência aqui para as
312 deliberações e apresentações: Então, **Gizélia** vai projetar aqui a ata da nossa última reunião. Nós temos como
313 primeiro ponto das deliberações, a aprovação da ata da nossa reunião anterior, que foi a 54ª Reunião Ordinária que
314 aconteceu em 09 de junho de 2022. Como os Conselheiros recebem com bastante antecedência, a ata da reunião
315 anterior e, como a ata também é bastante extensa, então vou seguir a nossa praxe e a gente não vai fazer leitura da
316 ata e aí eu abro a palavra aqui para os Conselheiros, que porventura têm alguma sugestão de alteração, de
317 complementação – se houve algum ponto que os Conselheiros tenham identificado que tenha que ter alguma
318 alteração. Então, eu vou chamando aqui, na sequência. Primeiro o **Paulo**, da Fazenda Fieza, depois teremos o **Jair**
319 **Falcão**. **Paulo**, por favor, seu microfone está fechado!” **Paulo André Silva (Associação Fazenda Fieza)**: “Desculpem,
320 é de tanto seguir a regra para não me esquecer, foi mal! Na página 07 (sete), em uma fala minha: somente mudar ‘não
321 tem barragem ecológica’ seria não tem ‘vazão ecológica’. Na minha cópia aqui não tem a numeração das linhas, mas
322 eu vou tentar ver. A minha ata aqui, está aparecendo como página 07 (sete).” **Simone Rosa**: “Ok, **Gizélia** está
323 projetando aqui pra gente já fazer o devido ajuste! A gente já faz esse registro, não é **Gizélia**? Para fazer a alteração
324 então solicitada.” **Paulo André Silva (Associação Fazenda Fieza)**: “Aí na minha fala, na linha 386 (trezentos e oitenta
325 e seis): Então, “barragem ecológica” é “vazão ecológica.” **Simone Rosa**: Ok, perfeito! Então linha 386 (trezentos e
326 oitenta e seis), ao invés de “barragem” é “vazão” ecológica – vamos fazer a correção! Mais algum ponto que você
327 tenha, **Paulo**?” **Paulo André Silva (Associação Fazenda Fieza)**: “Não, tudo bem, muito obrigado!” **Simone Rosa**:
328 “Ok, então obrigada, vamos fazer a devida correção! Passo a palavra para o conselheiro **Djair Falcão**, por favor.” **Djair**
329 **Barros Falcão (ABES)**: “Bom dia a todos e todas! É uma coisa simples, na linha 618 (seiscentos e dezoito), em
330 relação à Moção que seria enviada, sobre o PL, na minha fala é “a gente não está aqui” – é não, faltou o “não”! “A
331 gente “não está aqui nesse fórum sobre a validade, ou não, do PL” – Na linha 618 (seiscentos e dezoito) da ata. E
332 também aproveitar para saber do encaminhamento dessa Moção!” **Simone Rosa**: “Ok. Então ele colocou que está
333 faltando um ‘não’”. **Djair Barros Falcão (ABES)**: “A gente não está aqui nesse fórum” porque não era sobre a
334 discussão da validade, ou não, da PL – perfeito, obrigado!” **Simone Rosa**: “Tinha outra sugestão, ou era só essa?”
335 **Djair Barros Falcão (ABES)**: “Então, não, eu também queria saber sobre o encaminhamento da Moção!” **Simone**
336 **Rosa**: “Sim, vamos passar para dar esse Informe, está bem?” **Djair Barros Falcão (ABES)**: “Obrigado!” **Simone**
337 **Rosa**: “**Sandra**, essa foi a ferramenta desse Informe, ok? Obrigado, também! Na sequência, o conselheiro **Ricardo**,
338 muito bom dia **Ricardo**! Sempre é muito bom termos a sua ativa participação. Eu estou fazendo esse bom dia especial
339 a **Ricardo**, porque a gente trabalhou tanto tempo juntos, mas têm vários colegas aqui que a gente pode destacar
340 também a participação aqui da professora **Emília Rabanni** – representando a Secretaria de Ciência, Tecnologia e
341 Inovação (SECTI) – é sempre bom a gente ver os colegas, bons técnicos, participando aqui e contribuindo! Mas
342 **Ricardo**, está com você a palavra.” **Ricardo Braga (ANE)**: “Então, vou dar o segundo bom dia, bom dia a todo mundo!
343 À doutora **Simone**, especificamente dirigindo a reunião. Eu queria fazer uma observação, que não é questionamento
344 da ata, da qual eu li toda e não vejo problema nenhum, mas uma informação sobre o que foi discutido na ata e o
345 compromisso assumido pela **Simone** e pela **Inamara**: Eu queria saber a decorrência disso – por favor, dona **Gizélia**,
346 coloque na linha 1186 (mil cento e oitenta e seis): a partir daí, até a linha 1206 (mil duzentos e seis) eu falei sobre uma
347 dificuldade, que é um grande desafio da Secretaria de Recursos Hídricos e da Secretaria de Meio Ambiente – lógico,
348 em consequência, da Apac com a CPRH, que é a questão do Licenciamento de Poços e de Outorga de Uso da Água
349 desses poços. Eu acompanho as reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) – como suplente,
350 portanto eu não participo regularmente delas, mas acompanho ‘em off’ e, quando preciso, eu me posiciono também a
351 respeito. E vejo um problema seríssimo dentro do grupo, uma consternação por parte de vários membros desse grupo,
352 em função da falta de audição da CPRH, em relação àquilo que quem trabalha com poços sente – que há um
353 descompasso muito grande entre o aspecto técnico e o aspecto formal do Licenciamento Ambiental de Poços,
354 inclusive, eu particularmente acho que não precisaria nem abrir Licença Ambiental de Poços porque a Outorga de Uso
355 da Água já preenche as exigências técnicas, que permitem que a CPRH depois, faça o controle – bom, mas isso é
356 uma opinião pessoal! O que eu queria colocar é que: como eu explicitiei isso, e cobrei à Secretária de Recursos
357 Hídricos e à Secretária de Meio Ambiente, o entendimento a respeito, não é? Eu cito a linha 1205 (mil duzentos e
358 cinco) da ata projetada agora, quando a doutora **Simone** diz: “Obrigada, **Ricardo**! Nós alinharemos. Estamos sempre

em sintonia, não é **Inamara**?” Então, eu queria saber se houve essa sintonia, se houve alguma iniciativa depois disso, para que esta questão se dissolva? Eu vejo assim uma burocracia no Licenciamento Ambiental da CPRH tão grande, e quase que inviabiliza esses Licenciamentos que, em consequência, aumenta o número de poços ilegais – para não pagar taxas altas e ao mesmo tempo não se submeter a meses, às vezes de ano, para ter esse Licenciamento. Então, eu queria saber da doutora **Simone**, se houve alguma iniciativa no sentido de interagir e fazer com que a CPRH e a Apac interajam, certo? Eu sei de um esforço da coordenação da Câmara Técnica de fazer esse alinhamento com a CPRH, mas não está sendo fácil, e não está sendo fácil também fazer esse alinhamento também por cima, ou seja, Presidente com Presidente – e também por baixo, técnico com técnico. Então, eu queria ouvir a **Simone**, a respeito!”

Simone Rosa: “Obrigada, **Ricardo**, pela sua colocação! Primeiro eu, uma questão de ordem, eu queria fazer o seguinte: como o ponto de pauta é a aprovação da ata, pra gente não avançar em uma discussão sem fechar o ponto, e o conselheiro colocou que não tinha nenhuma alteração na ata, aí eu queria só fechar o ponto, pois como nenhum outro conselheiro se manifestou sobre a alteração de ata, eu estou entendendo que não há mais sugestões! Então, eu queria só antes da gente avançar nesse tema **Ricardo**, perguntar novamente se mais algum conselheiro tem alguma outra colocação, sugestão, enfim, sobre a ata, visto que não tem ninguém inscrito, então entendo que podemos aprovar a ata, após as alterações sugeridas aqui pelo conselheiro **Paulo** e pelo conselheiro **Djair**, ok? Porque aí a gente encerra esse ponto de pauta! Então, se alguém tiver mais alguma colocação, por favor, se manifeste agora – não temos ninguém! Então podemos aprovar, a ata anterior do CRH está aprovada, após as alterações solicitadas – então, fechamos esse ponto! Em relação à questão das outorgas, outorga e Licenciamento Ambiental de Poços, **Ricardo**, o Conselho não tem uma competência direta sobre a outorga. Então, essa articulação ela tem que ser feita com a Apac – que é a autoridade outorgante do Estado de Pernambuco, e o CPRH – que é a Agência Estadual de Meio Ambiente. Eu vou pedir aqui para **Suzana Montenegro**, como Diretora da Apac, para complementar, complementar não, para informar aqui, o que é que avançamos nesse sentido?”

Suzana Montenegro (DP-Apac): “Eu não estava presente na última reunião e não acompanhei essa discussão, mas a gente procura fazer discussões conjuntas para aprimorar essa questão conjunta da Outorga e do Licenciamento! Recentemente, o Licenciamento de poços foi, digamos, ele foi dispensado até que ele voltou a ser obrigatório – mas eu não acompanhei essa discussão **Ricardo**, e portanto, você chamando a atenção para a necessidade de uma agenda de rediscussão entre os órgãos, para a questão da análise da pertinência e do acoplamento do Licenciamento Ambiental são diferentes – são coisas diferentes! A gente faz a análise da outorga aqui, com a equipe da Apac, chegamos a discutir com o próprio **Bertotti** – na época que ele era o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, na SEMAS, antes da **Inamara** assumir, mas com a **Inamara** também, como Secretária Executiva, e com o **Djalma Paz**, Presidente da CPRH, alguns refinamentos. Acho que isso pode voltar a uma agenda de discussão sim, **Ricardo**, e com a presença da Câmara Técnica de Água Subterrânea, claro, que nós também não fazemos parte da CTAS, a Apac, mas o Gerente de Outorga e Cobrança, **Clênio**, sempre acompanha, **Crystianne Rosal** também, e muitas vezes quando, de fato, achamos que é pertinente, os próprios Técnicos da Outorga aqui da Apac, da Gerência de Outorga de águas subterrâneas, melhor dizendo. Mas **Crystianne** pode fazer uma complementação aí, inclusive, em relação a essa alteração legal, obrigada!”

Simone Rosa: “Ok, obrigada, **Suzana**! Eu vou pedir licença à **Cássia**, e passar a palavra para a Diretora **Crystianne**, que ela vai complementar o que **Suzana** falou. Bom dia, **Crys**, por favor! Bem, não estamos ouvindo **Crys**, então enquanto a **Crys** verifica a questão do microfone, vou passar a palavra então para a **Cássia**, que é a Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Então, **Cássia** já pode falar, com a palavra, e depois a **Crystianne** complementa.”

Cássia Araújo (CTAS-ANBEM): “Eu não sou Presidente, eu sou coordenadora, pois lá é uma Coordenação, não é Presidência, mas tudo bem! Eu sou representante também em outras câmaras técnicas. Veja, eu queria colocar aqui, inclusive, reforçar a palavra de **Ricardo**, de que eu tenho feito várias tentativas junto à CPRH, sempre convidando eles a participar das reuniões, mas é difícil! Foi solicitado, inclusive, para ela voltar a ser membro da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) – ela ficou de encaminhar um ofício e isso também não aconteceu! Eles disseram que estavam com umas mudanças por lá – havia tido uma reformulação na estrutura organizacional lá na CPRH, e por conta disso estavam assim, um pouco distantes. Mas tudo bem, mas veja, a primeira coisa que eu gostaria de solicitar, principalmente aqui à Apac, é tentar revogar, e nós já votamos isso na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, mas a gente entende que a gente não tem competência para dizer que a Resolução Conjunta CPRH-Apac é para ser revogada! Então, isso foi conversado com o **Clênio**, com o pessoal, que há o entendimento que esta Resolução precisaria ser revogada. Então, esse é um dos primeiros passos que eu acredito que seja necessário para colocar, andando juntos Apac e CPRH, é reiterar isso. A gente tem tentado fazer o máximo que pode, mas lá na câmara técnica a gente só consegue fazer a parte que diz respeito a outorga e não ao Licenciamento Ambiental,

411 porque não temos competência para tanto – e aí isso vem sendo conversado com a CPRH e foi colocado, inclusive,
412 por **Roselaine** que participou de uma reunião e que eles apenas retornaram a Legislação como era antes, e que
413 agora, como é pelo sistema, então as exigências tem que estar todas ali, daquele jeito, ou seja, a mesma coisa que é o
414 motivo pelo qual a Apac deixou de receber o protocolo para pedido de outorga quando você vai fazer, concomitante
415 com o pedido na CPRH, pois a Apac não pode dar andamento ao processo porque na Resolução, exige que o
416 processo seja instruído com o Licenciamento Ambiental já feito, já realizado, com o documento da Licença de
417 Operação (LO) já emitida. Então, uma das primeiras coisas para a gente começar a resolver essa questão é revogar
418 essa Resolução. Então, eu pediria aqui, que ficasse registrado para ver se a gente consegue isso, e isso seria então
419 uma ação da Apac para buscar esse apoio junto com a CPRH. Obrigada, gente!” **Simone Rosa**: “Ok, obrigada,
420 **Cássia**! Eu não sei se a **Crystianne** conseguiu resolver o problema de áudio. **Crystianne Rosal (Apac)**: “Ah tudo
421 bem, veja, eu só queria entender assim, até perdi a fala de **Cássia** porque estava tentando resolver aqui o problema
422 do meu áudio. Eu só queria entender qual seria a demora específica para a gente tratar com a CPRH? Porque quando
423 o professor **Ricardo** falou, eu estava entendendo que ele queria um posicionamento do Conselho, em relação a essa
424 questão do Licenciamento – de não ter necessidade que o Conselho se posicionasse. É importante a gente deixar
425 claro que a Apac executa a política, então, a gente não tem autonomia para chegar para uma CPRH e dizer: “olha
426 CPRH, vê aí, talvez o Licenciamento esteja pedindo as mesmas coisas da Outorga – veja se realmente é necessário.”
427 Então, eu queria entender mais a demanda, porque como **Suzana** falou antes: “a gente pode sentar, pode conversar.”
428 – a gente pode fazer isso, eu posso sentar com o Diretor **Nelson** e a gente conversar e ter um entendimento melhor,
429 de como a CPRH trabalha e o que é que poderia estar desalinhado com as competências da Apac. Mas assim, eu
430 queria entender especificamente, a demanda para poder a gente não fazer uma conversa vazia.” **Ricardo Braga**
431 **(Ane)**: “Pois não, **Crystianne**, boa observação, viu? Veja, primeiro, eu não pleiteei que o Conselho se posicionasse –
432 foi um Conselheiro, no caso **Ricardo Braga**, da ANE, que na reunião do Conselho, questionou à SEMAS e à SERH,
433 em consequência à CPRH e à Apac, e solicitou posicionamento dessas instituições, só isso! Então, eu não estou
434 pleiteando que o Conselho se posicione, nem vote nada, porque não é da nossa competência, enquanto Conselho,
435 fazer isso! Agora, você agora coloca um ponto que é se reunir com **Nelson** e dessa conversa não vai sair nada, nada!
436 Porque você deve conhecer, como eu conheço o **Nelson**, sei que não caminha a coisa – certo? Então, é preciso você
437 com **Suzana** – certo? **Nelson** com o **Djalma** – está certo? E quem sabe mais um técnico abaixo, que seria um gerente
438 específico da área – que aí são os diretores, um gerente específico da área. Então, o que eu acho que deve haver é o
439 seguinte: são do mesmo governo estadual, portanto a palavra é do governo! Vocês são executores e condutores de
440 políticas específicas, do meio ambiente e recursos hídricos, mas o governo é o mesmo! Então, na minha percepção o
441 que precisaria é que essas duas instituições tenham a mesma linguagem para a sociedade, para o usuário – que é o
442 usuário, no caso, especificamente, aquele que precisa cavar poço, certo? E aí nesse caso, acho que a coisa é muito
443 simples, quando há disposição de resolver – eu não estou dizendo que vocês não tenham disposição de resolver, só
444 acho que a falta de disposição está na CPRH – é ser sincero! Olha, por que que nós estamos fazendo Licenciamento
445 Ambiental? O que é que nós estamos a exigir? Por que que nós estamos fazendo a outorga? O que é que nós
446 estamos exigindo – tem sobreposição, não tem? Tem complementação? Ótimo, Ok! Qual é a burocracia de um e qual
447 é a burocracia de outro? Um leva três meses, o outro leva um ano? Como solucionar isso, está certo? O valor de
448 cobrança é razoável para o usuário ou é uma execução extrapolante? Eu acho que é extrapolante, está certo? É uma
449 burocracia, e é mais bem paga com essa taxa que eles cobram! Então, essas coisas parecem muito simples, quando
450 há gestão, quando há entendimento entre as partes que são de um todo mesmo – que é um Governo para fazer a
451 gestão. E eu venho falando isso há algum tempo já! Se vocês observarem, em outra reunião do Conselho, eu já falei
452 sobre isso - falei inclusive, nessa reunião anterior que está na Ata que nós aprovamos que: conversei com **Lorenza**,
453 conversei com **Inamara**, demoradamente, e esclareci tudo no sentido da minha percepção – é lógico não é? Que pode
454 não ser a correta, mas é preciso que quem toma a decisão se comunique e diga: “olha **Ricardo**, você está dizendo
455 coisa errada aí, não tem nada a ver, está tudo certinho ou então tem pequenas modificações necessárias ou então
456 está tudo errado, vamos consertar.” – certo? Então eu faria uma desafio, um desafio à CPRH “em off”, não é? Como
457 quem está à distância, mas a Apac, que na próxima reunião do Conselho, que me parece que vai ser presencial, é a
458 última do ano, é que nós temos um posicionamento dessas duas instituições se não for possível arrancar da CPRH,
459 pelo menos que se tenha naquilo que a gente pode cobrar que é da Apac a respeito desse assunto, colocando a
460 câmara técnica de águas subterrâneas na discussão. É somente isso!” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Ricardo**, nós temos
461 na sequência a **Cássia** e a **Suzana**, para ainda falar desse assunto. Então, vou passar a palavra, eu perdi a ordem de
462 quem pediu a palavra primeiro – acho que foi a **Cássia**, não é? Então, **Cássia**, por favor, e aí eu vou só pedir para os

463 Conselheiros que a **Cássia** e **Suzana** falando, a gente vai fazer o registro da solicitação do Conselheiro **Ricardo**, para
464 que na próxima reunião a gente traga o informe sobre isso para que a gente volte para a nossa pauta, porque essa
465 discussão, na verdade, ela não estava na pauta de hoje, ela não está nesta pauta de hoje para a gente poder então
466 vencer a pauta de hoje. Então, **Cássia** por favor, se puder ser breve?" **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: "Só estou
467 respondendo, no caso a **Crystianne**, que perguntou qual seria a reivindicação? Eu diria que, enquanto Câmara
468 Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), a reivindicação é revogar a parceria conjunta Apac-CPRH – esse é um fato
469 necessário! Então, isso aí já foi inclusive, conversado com os técnicos, com o **Clênio**, com o Gerente de Outorga e
470 Cobrança (GROC), com todo o pessoal Apac e dentro da própria câmara técnica! Não encaminhamos nada
471 oficialmente, justamente por esse fato – é uma ação própria da Apac, então não nos caberia isso! Aí aqui agora, eu
472 estou informando isso, e a outra coisa é que a pessoa para se tratar, no caso atualmente, em relação aos poços,
473 **Eduardo Elvino** é quem está tratando dessa reestruturação que aconteceu lá na CPRH – e então, já tentamos
474 diversas vezes, e seria de tentar fazer com que eles retornem as conversas, participem das opiniões do pessoal - que
475 fizeram algumas reuniões, mas depois houve novamente o afastamento. Então seria, se a Apac pudesse ajudar no
476 retorno desse pessoal, para ficar mais perto, as duas coisas juntas – é só isso, obrigada!" **Simone Rosa**: "Por favor,
477 **Suzana**, com a palavra." **Suzana Montenegro (DP-Apac)**: "Não, eu concordo com a **Simone**, isso não está na pauta e
478 a gente se estendeu demais mas só para dar um esclarecimento, a Apac não cobra taxa – a CPRH cobra, e a gente
479 não tem nenhum problema em abrir esse canal de discussão como, na verdade, frequentemente a gente abre, sobre
480 vários tópicos em que gente tem uma interseção na atuação! Só quero dizer que, muitas vezes, a outra parte tem que
481 concordar também! Então, eu estou entrando nessa discussão agora, dizer que eu me coloco à disposição para
482 conversar com **Djalma**, e a gente chamar o diretor que **Cássia** está me dizendo agora que é **Eduardo Elvino**, que tem
483 muita proximidade conosco também da Apac, em vários temas, e a diretoria faz parte, a Diretoria de Regulação e
484 Monitoramento (DRM) faz parte da discussão, assim como os técnicos de um lado e de outro. Só dizer que a gente
485 está aqui à disposição para abrir essa discussão com o CPRH – o que não significa que eles vão concordar – eu acho
486 que só para dizer que a gente está à disposição! Eu não sabia que isso estava na discussão aqui, não tinha
487 participado da reunião do Conselho e não tinha visto a Ata e esse assunto não chegou até mim, até a minha pessoa.
488 Então, eu acho que a gente vai pra frente e vamos abrir essa discussão com a CPRH na próxima semana!" **Simone**
489 **Rosa**: "Obrigada, **Suzana**! Então, voltamos para a nossa pauta, com este compromisso de abrir essa discussão aí
490 com a CPRH e a gente poder dar um retorno aqui para o Conselho, na próxima Reunião Ordinária, em dezembro, que
491 sim, **Ricardo**, pretendemos fazer presencial – como já havíamos combinado! Bom, então na sequência, nós teremos
492 uma apresentação sobre Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco, o nosso famoso PERH,
493 e eu já vou adiantar para vocês que, como a gente vai passar aqui para as Resoluções, peço licença aqui, pra gente
494 fazer uma inversão na pauta e a gente, após a apresentação, já passar para a deliberação sobre aprovação da
495 Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Na verdade, eu não me atentei, mas fica mais lógico, a gente
496 assiste a apresentação, depois delibera sobre o PERH e aí, na sequência, a gente continua com as demais
497 deliberações – as duas deliberações restantes! Antes de iniciar a apresentação, eu queria mais uma vez fazer um
498 agradecimento público aqui, a todos os envolvidos neste trabalho que a gente iniciou em 2019! A própria Secretária
499 **Fernandha** colocou aqui na Abertura – foi um trabalho assim, grande, que envolveu uma equipe grande – tanto da
500 Apac quanto da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, queria estender esse agradecimento também às
501 empresas, ao Consórcio Profill-AlfaSigma! Eu vi que o **Carlos** estava aqui, o **Carlos Bortoli** estava aqui representando
502 a Profill – não sei se temos representante da AlfaSigma, o professor **Antônio Eduardo Lanna**, que tão bem coordenou
503 esse processo por parte das empresas. Ao **Erik** que foi o Gestor do Contrato e toda a equipe da Apac, que também se
504 dedicou a isso! A nossa equipe aqui na Secretaria Executiva de Recursos Hídricos e também, por último, a gente
505 enaltecer aí a participação importantíssima, fundamental, imprescindível da Câmara Técnica de Planos, Programas e
506 Projetos, a CTPPP – que hoje é coordenada pelo professor **Abelardo Montenegro**, que infelizmente não pôde estar
507 presente aqui na reunião, se justificou aqui previamente, mas temos aí a representação do professor **Anderson Paiva**
508 - pela CTPPP, então acho que fiz aí os devidos agradecimentos! Foi um trabalho longo, que trouxe diversas alterações
509 importantes aqui, e ele já vem sendo discutido de longa data com a CTPPP, ainda no âmbito do Conselho Estadual de
510 Recursos Hídricos. Então não é uma novidade – tem todo aí o apoio, o respaldo da participação da CTPPP! Antes de
511 iniciar a apresentação, quem vai fazer a apresentação, agora fiquei na dúvida? Era o professor **Abelardo**, será o
512 professor **Anderson** ou vai ser o **Erik**, que vai fazer a apresentação?" **Lorenzza Leite (DRH-Apac)**: "**Erik**!" **Simone**
513 **Rosa**: "**Erik**. Ah, olá **Lorenzza**, bom dia, tudo bem? Então, fique à vontade **Lorenzza**, se quiser também fazer alguma
514 complementação como diretora da área, da Apac, que conduziu o processo – tanto **Lorenzza** quanto o **Anderson**, que

515 está representando a CTPPP, antes de iniciar a apresentação, se quiserem fazer aí mais algum comentário sobre o
516 processo de Atualização do PERH, fiquem à vontade. e aí a gente já passa a palavra para o **Erik, Suzana**, também!
517 **Suzana** pediu para se manifestar sobre esse processo, por favor, **Suzana!** **Suzana Montenegro (DP-Apac):**
518 “Rapidamente, porque eu vou ter que me desculpar, eu vou precisar sair, eu estou com uma agenda que eu não
519 consegui me livrar – como tem outras pessoas aqui da Apac e essa apresentação eu já acompanhei toda, gostaria de
520 acompanhar a discussão aqui no Conselho mas infelizmente não poderei, mas eu gostaria de só colocar que eu acho
521 que esse é um momento, é um marco para o Estado de Pernambuco a apresentação aqui da Atualização do Plano. Foi
522 um processo participativo. A Apac coordenou esse Contrato de Consultoria com o Consórcio, de fato um Consórcio
523 muito dedicado, com muito compromisso, com a importância dessa participação e acho que passado esse momento,
524 passado esse marco, eu acho que a gente deveria também abrir, e principalmente, abrir uma agenda para a etapa
525 seguinte, que é a implementação do plano – eu já conversei isso com o **Erik**, com **Lorenzza** e eles podem, ao final da
526 apresentação, colocar aí o que é que eu trago como proposta! Mas só que infelizmente eu vou ter que sair mesmo. Eu
527 achei que pela pauta da reunião, achei que daria tempo para ficar, mas infelizmente me despeço aqui, obrigada,
528 **Simone!** Obrigada a todos e boa reunião!” **Simone Rosa:** “Obrigado, **Suzana!** Muito importante a sua participação
529 mesmo que até agora, entendemos aí a sua agenda aí, também atribulada e temos aí vários representantes da
530 diretoria e o **Erik** da Apac, então acho que vamos conduzir. Eu vou passar a palavra para o **Anderson**, representando
531 a CTPPP, para se manifestar também aqui, por favor, **Anderson.**” **Anderson Luiz Ribeiro (ABRHidro):** “Um bom dia
532 a todos e a todas! Eu, representando aqui o professor **Abelardo**, que está no momento como coordenador da CTPPP
533 e também, em alguns momentos, ao longo desse processo aí, da Atualização do Plano, eu acabei também estando à
534 frente, como coordenador, em um determinado período! Eu não sei se a gente poderia fazer uma fala agora, mas seria
535 até interessante depois aí do **Erik** apresentar. Então assim, como papel da câmara técnica, todo o processo da
536 Atualização do Plano passou pela nossa câmara, então a gente acompanhou desde o início. Então, a gente
537 parabeniza e agradece todo o envolvimento do Consórcio – que esteve sempre disposto a conversar, a tirar dúvidas, a
538 escutar os pleitos que a câmara se colocava – solicitando os ajustes quando necessário, então foi um processo longo,
539 mas com bastante trabalho! Parabenizar também a Apac, em nome do **Erik**, que esteve à frente aí, dentro desse
540 processo também, sempre articulando bem todas as etapas necessárias, levando a comunicação e os informes dentro
541 da nossa câmara, nos escutando e envolvendo – tanto a câmara como o Consórcio, dentro desse processo! Então, a
542 gente só tem a agradecer! Agradecer também a participação efetiva, que tivemos dos nossos membros, dos membros
543 da câmara, que atuaram aí dentro desse processo! Eu acho que nesse momento aí, a gente passa a palavra para o
544 **Erik**, que qualquer coisa ainda eu posso complementar posteriormente.” **Simone Rosa:** “Obrigado, **Anderson!** Então,
545 **Gizélia** podemos aí já projetar a apresentação sobre o Programa Estadual de Recursos Hídricos, lembrando aos
546 Conselheiros que na sequência, ao final da apresentação aqui do **Erik**, a gente vai passar então para a deliberação
547 sobre a Aprovação da Atualização então do Plano Estadual, ok? Então, com a palavra, **Erik!**” **Erik Cavalcanti e Silva**
548 **(GPSI-Apac):** “Obrigado, **Simone!** Eu tenho a apresentação aqui, se quiser que eu mesmo projete?” **Gizélia**
549 **Rodrigues (SERH):** “Eu prefiro, amigo, que eu estou fazendo outras coisas aqui paralelas, eu agradeço!” **Simone**
550 **Rosa:** “Ok, então **Gizélia** descompartilha e **Erik** compartilha a tela – iniciamos aqui a apresentação da Atualização do
551 Plano Estadual de Recursos Hídricos, um momento histórico – tivemos nosso Plano Estadual, lá em 1998 – já
552 deveríamos ter procedido a essa atualização há mais tempo, mas conseguimos fazê-la em 2019, quando assumi aqui
553 a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos – uma das metas que coloquei para mim mesma e para a Secretaria era:
554 vamos sim, atualizar o Plano Estadual, e foi muito bom! Só comentando aqui um detalhe importante, porque a gente
555 fez a Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE), no mesmo momento que estava sendo feita a
556 Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)! Então, o Plano Nacional/2022-2040, também o Plano
557 Nacional sendo atualizado neste momento, a gente foi ‘par e passo’, teve interação! Então, estamos em plena sintonia
558 aí com a Atualização do Plano Nacional, mas eu não vou fazer a palestra do **Erik**, prometo, e já passei a palavra para
559 você **Erik**, por favor.” **Erik Cavalcanti e Silva (GPSI-Apac):** “Vocês estão vendo aí? Obrigado **Simone!**” **Simone**
560 **Rosa:** “Sim, já estamos vendo sua tela, já estamos.” **Erik Cavalcanti e Silva (Apac):** “Bom, primeiro eu quero
561 começar já agradecendo porque o seguinte, a **Simone** falou que a gente começou esse processo em 2019 – em 2019
562 a gente começou esse Contrato, a execução do Contrato – na verdade, isso tem sido um esforço aqui na Apac,
563 praticamente de criação da Apac, e basicamente isso virou um objetivo pessoal porque, depois de tanto tempo, a gente
564 conseguiu aí a conjuntura das situações para poder conseguir com que esse Plano saísse. Então eu agradeço desde
565 cara já, o que a **Simone** fez, o que a **Fernandha** fez, o que a **Suzana** fez, o que a **Lorenzza** fez – se não fosse essa
566 conjuntura, essa conjunção de pessoas que colocaram o Plano como prioridade, o Plano não teria saído! Então assim,

567 além disso, a gente tem uma câmara técnica bem atuante e a gente teve uma empresa muito competente, então foi
568 uma conjunção de fatores positivos que fizeram com que a gente conseguisse fazer isso – então vamos lá! Aqui nesse
569 slide, algumas informações contratuais iniciais, como **Simone** falou, a gente começou em 2019 e a conclusão foi só
570 agora em maio de 2022 porque, nesse período, houve uma suspensão contratual devido à pandemia. A empresa
571 contratada foi o Consórcio Profill-AlfaSigma e, inicialmente, o prazo de execução seria de 18 (dezoito) meses, mas
572 com os Aditamentos de Contrato por causa da pandemia e depois que nós voltamos dessa suspensão de contrato, a
573 gente ainda teve que planejar como seria o restante da execução do Plano, da elaboração do Plano sem a
574 possibilidade de oficinas presenciais – então, isso levou um tempo. Então, no final das contas a gente levou 31 (trinta e
575 um) meses para a conclusão desse Plano. Então, o valor do contrato inicial foi um pouco mais de R\$ 2.000.000,00
576 (dois milhões de reais). Houve um Aditivo de Contrato, devido a não realização dessas oficinas presenciais. A gente só
577 fez a primeira rodada de Seminários, de apresentação de forma presencial. Logo depois começou a pandemia, a gente
578 teve que remodelar isso e continuamos com reuniões virtuais. Então, houve uma supressão de valor aí, por causa
579 disso, e a fonte do recurso foi o Programa de Segurança Hídrica (PSH) no primeiro pagamento. E aí quando entrou o
580 Tesouro, porque o PSH finalizou. Então, aqui nesse slide, a gente tem a forma final do Plano Estadual de Recursos
581 Hídricos – dividido em Tomos e Volumes! Eu vou detalhar isso aqui depois para vocês, para não tomar muito tempo de
582 vocês e vou disponibilizar também, vocês já têm o link dos Volumes, mas assim, a gente tem o Tomo-I com os
583 Diagnósticos, e ele vem com a introdução e avaliação do Plano Estadual de 1998, que foi um produto que a gente
584 pediu – de lá pra cá, o que foi que melhorou? O que foi feito do Plano de 1998? e a divisão do espaço geográfico para
585 o Planejamento Hídrico, que é a nova proposta de divisão das Unidades de Planejamento Hídrico do Estado, eu vou
586 mostrar para vocês também, e aí os outros temas do Diagnóstico: a caracterização das bacias quanto a meio físico,
587 biótipo e socioeconômico, recursos hídricos e um Volume, integrando tudo que foi aprendido aqui nesses volumes
588 anteriores. Nos Prognósticos a gente tem o delineamento de horizonte de cenários e a síntese e a seleção de
589 alternativas de intervenção – que a gente precisa executar para poder chegar nos nossos objetivos, baseados nesses
590 cenários traçados e nos Prognósticos de algumas dessas variáveis que a gente levantou no Diagnóstico. O Tomo-III
591 que é a mobilização social; a proposição de ações e Planos de Investimento; e a implantação e acompanhamento.
592 Aqui no Volume-I a gente tem um resumo de tudo que foi feito quanto à mobilização social durante a elaboração do
593 plano. No Volume-II, a proposição das ações, o Plano de Investimento propriamente dito e no Volume-III a gente tem
594 uma proposta de como é que vai ser implementado esse plano e como é que vai ser acompanhada a execução dessas
595 ações propostas? A gente tem ainda o Resumo Executivo e um Tomo de Atlas. Bem, aqui nesse slide, como o
596 **Anderson**, falou foi um longo processo, desde 2019. E aqui é um esquema de como é que se deu a elaboração do
597 Plano Estadual, vencendo as suas fases, pois tivemos 05 (cinco) fases aí: os Arranjos Iniciais, Diagnóstico,
598 Prognóstico, Proposição de Ações e a Consolidação do Plano. Cada fase dessa, teve um conjunto de eventos, esses
599 balões que estão em verde foram eventos abertos à sociedade e cada uma dessas fases produziram vários
600 documentos. A gente teve aqui: o Plano de Trabalho; o Relatório de Acompanhamento do Relatório do Plano Estadual
601 de 1998; Diagnóstico; Diagnóstico Integrado na primeira fase e na segunda, e aí a gente já teve a Primeira Oficina dos
602 Diagnósticos; depois nós tivemos Prognóstico e Relatório Final de Mobilização, e tivemos a Segunda Oficina de
603 Prognósticos – assim como diante. Como eu falei, até o Seminário de Apresentação nós conseguimos fazer tudo
604 presencial. Eu vou detalhar como foram esses Seminários no próximo slide e as Oficinas nós fizemos de maneira
605 virtual, mas sem impactar na participação, no resultado final. No final desse processo inteiro, nós temos um Banco de
606 Dados com todas as informações, em formato digital, do que foi produzido – todos os dados foram produzidos
607 anteriormente. Tabelas, textos, PDFs, shapes, camadas – e isso aqui tudo vai entrar no nosso Sistema de Informação,
608 que também vai sair esse ano. Então, nós teremos não só os PDFs do Plano para serem consultados, mas teremos
609 um Sistema de Informação Geográfica para consultar os temas do Plano e, finalmente, aqui em azul, é o que eu falei
610 antes, que são os Documentos Finais do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Bom, aqui eu detalhei os eventos de
611 participação social: no Seminário de Abertura, que foi o único evento que a gente conseguiu fazer presencial, a gente
612 fez reuniões em Recife, Palmares, Caruaru, Serra Talhada, Ouricuri e Petrolina. E abaixo, a gente tem algumas fotos
613 dos eventos, da participação, e também, depois nas oficinas, a gente tentou meio que simular essas localidades. Então
614 a gente fez vários eventos com base nessas localidades, eventos virtuais com base nessas localidades, chamando as
615 pessoas que participaram nos eventos anteriores para continuar o processo. No Seminário de Abertura a gente sempre
616 tentava deixar claro que esse seria um processo longo e que aquela não seria a única oportunidade de conversa, de
617 contato que a gente teria – o processo deveria ser de ponta a ponta! Bom, e como é que se deu o Acompanhamento
618 da Execução do Contrato? A Seinfra, por intermédio da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, que foi a

619 Contratante. Eu coloquei aqui que a Licitação foi pela Apac, mas na verdade a gente fez um Termo de Referência, em
620 conjunto, a Licitação foi por lá e a Gestão do Contrato foi aqui pela Apac. Na Execução, simplificadamente, o
621 Consórcio elaborava os produtos, passava para nós para avaliação. A Gestão do Contrato avaliava e distribuía os
622 produtos para as entidades que estavam acompanhando o processo, que era um Grupo de Trabalho formado por Apac
623 e Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, que avaliava esses produtos e Câmara Técnica de Planos, Programas e
624 Projetos (CTPPP) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que também fazia avaliação desses produtos. Essa
625 fase aqui, essa fase de avaliação e de reencaminhamento para ajustes, é uma fase longa e complexa no qual o
626 **Anderson** falou um pouco aí: que a gente recebe produtos, faz reuniões, vê quais são as demandas de ambos os
627 grupos, entra em contato com a empresa, faz reuniões, e finalmente, quando está tudo bem encaminhado, quando
628 está tudo alinhado, a gente aprova esses produtos, e aí seguia para a Seinfra para pagamento. Então assim, aqui eu
629 preciso falar da proatividade da empresa, do Consórcio Profil-AlfaSigma: eu digo, sem sombra de dúvidas, que até
630 agora, na minha experiência, foi a empresa mais tranquila de se trabalhar! Por isso que eu digo que foi uma conjunção
631 de fatores, porque nada adiantaria a gente ter pessoal do lado de cá querendo fazer, e do lado de lá não tendo uma
632 empresa competente! Eu cito, inclusive, uma passagem rápida aqui no final do Prognóstico: o Prognóstico estava em
633 99% (noventa e nove por cento) pronto. Então, o professor **Eduardo Lanna**, que é o Coordenador da Profill, liga pra
634 mim e diz: “**Erik**, a ANA publicou um documento ontem. Eu vou precisar refazer uma parte do Prognóstico.” Eu disse:
635 “bom, sem problema **Lanna**, isso vai demorar uma semana, 15 (quinze) dias – o importante é que o Plano vai ficar
636 atualizado!” Então, assim, esse tipo de comprometimento a gente não encontra sempre. Então assim, a gente
637 conseguiu um documento muito bom, por essa conjunção de fatores, e a gente tem que aproveitar, inclusive, pelo fato
638 de que a Secretária **Simone** mencionou: que o Plano Nacional também foi feito ao mesmo tempo! Então, a gente tem
639 aí um bom caminho para trilhar! Bom, aqui nesse outro slide, são aqueles 05 (cinco) tópicos que eu falei para vocês –
640 já li isso aqui no segundo slide, então eu vou passar esse slide para falar do seguinte agora, que é um tema
641 importante, que foi tratado nesse Plano e vai ser objeto da homologação, porque é conteúdo do Plano – é a nova
642 divisão para a Gestão dos Recursos Hídricos no Estado, em Unidades de Planejamento (UPs): se vocês bem
643 lembram, anteriormente nós tínhamos 29 (vinte e nove) Unidades de Planejamento no Estado, que foram definidas lá
644 no Plano Estadual de 1998, e por nossa solicitação, a Contratada propôs uma nova divisão, embasada em vários
645 critérios. Então a existência de adutoras, hidrogeologia – vários critérios, que culminaram nessa nova proposta de
646 divisão hidrográfica, que inclusive já foi apresentada em forma de Nota Técnica, durante a elaboração do Plano, para a
647 Câmara Técnica e também em reunião do Conselho. Nessa nova divisão nós temos 16 (dezesesseis) Unidades de
648 Planejamento e assim, a grosso modo, claro que tem um detalhamento maior aqui, mas a grosso modo, à bacia do rio
649 principal foram incorporadas algumas GLs ou GIs – aqueles Grupos de Bacias Litorâneas e Interioranas, que a gente
650 tem aqui. Então dessa forma, o modo de ver a Gestão de Recursos Hídricos, futuramente, inclusive na elaboração de
651 Planos, que já está acontecendo no Plano do Goiana, por exemplo, nós estamos elaborando o Plano para o Goiana e
652 GL-6, até porque esse GL-6 muito dificilmente teria um Plano próprio. Então, de qualquer maneira, nós iríamos sim,
653 fazer um Plano Conjunto! Nessa nova divisão o Plano vai ser o Plano para a Unidade de Planejamento 01 – Goiana,
654 que encobre a Goiana e a GL-6! Bom, nessa nova divisão hidrográfica, foi feito todo o restante do Plano. Então eu
655 tenho para vocês aqui, alguns dos temas que foram resultados dos Estudos do Plano. Então, passando aqui bem
656 rápido, se eu lembrar algum que eu não botei na legenda, se eu não lembrar, me perdoem! Então, a gente tem aqui
657 temperatura, chuva, geologia, pedologia, tem potencial agricultável, áreas protegidas, essa aqui eu não lembro, aqui é
658 índice de desenvolvimento humano, abastecimento humano também, aqui tem a infraestrutura. Então, todos esses
659 temas estão lá presentes no Plano – foram tratados, têm capítulos próprios, não são só mapas, claro! Tem aqui
660 também o tratamento de esgoto, risco de deslizamento, aqui, disponibilidade de ter água subterrânea, a hidrografia,
661 tem disponibilidade de água superficial, demanda, balanço hídrico, qualidade de água e etc. Então, de todos esses
662 temas, a gente tem uma parte resumida no Atlas, mas isso está permeado por todo documento, cada um no seu
663 Volume específico! Desses temas, alguns são mostrados por município, alguns por bacia, e outros ainda, pela
664 necessidade, a gente tem eles resumido por ottobacia. Essa ottobacia, esse território mínimo aqui, que ele está em
665 sintonia com o que a Agência Nacional de Águas faz hoje e o que a nossa Outorga faz hoje. Então, por que isso é
666 necessário? Porque a gente perde a distribuição geográfica de alguns temas se a gente tratar, simplesmente, por
667 Unidade de Planejamento. Então, se a gente pegar a Unidade de Planejamento Terra Nova – aqui que eu coloquei
668 como exemplo, a gente vai conseguir aqui, por exemplo, um tema qualquer: Disponibilidade Hídrica. Então, a gente vai
669 dizer que a Disponibilidade Hídrica é uma só na bacia inteira – quando a gente sabe que não é, dado a proximidade
670 com o São Francisco, dado a proximidade com alguns reservatórios, a existência, ou não, de adutoras – isso tudo vai

671 influenciar pontualmente na Disponibilidade Hídrica. Então, alguns temas de importância, a gente tem por ottobacia – e
672 por que isso é importante? Porque, como eu disse no final do processo, a gente obteve um Banco de Dados. Esse
673 Banco de Dados, ele vai entrar no nosso Sistema de Informação, que nós já temos – está acabando de ser elaborado
674 e ele vai ser disponibilizado. E assim a gente pode fazer cruzamento, por exemplo com Outorga – a gente pode
675 alimentar o Sistema de Outorga, dizer qual é a quantidade de água disponível ali! Então, estando essa base de
676 ottobacia em consonância com a nossa Outorga, em consonância com o que a ANA pratica, é muito mais fácil de
677 integrar e atualizar os dados! Bom, só como a título de exemplo, aqui nesse slide, outros dados que nós temos: aqui, a
678 evolução da Demanda Hídrica Total em Pernambuco, e aí a gente tem, para cada cenário, Inicial, tendência ao
679 Crescimento Excludente e Includente. Esses cenários estão detalhados, em qual é o conceito, por trás deles ou no
680 texto do Plano. A gente tem por Setor Usuário, em cada um dos horizontes do planejamento. Então aqui, eu trouxe só
681 um exemplo: aqui é para o estado todo; aqui, é para uma das bacias e tem para todas as bacias, lá. Aqui, a evolução
682 de Carga Orgânica Urbana para todos os cenários, para cada uma das Unidades de Planejamento. Temos aqui, o
683 Déficit Hídrico por Categoria de Uso. Então a gente vê aqui o Déficit, ou seja, a água que a gente precisaria mais, para
684 poder suprir as necessidades em 2040 – que é o Prazo Máximo de Planejamento, no cenário de Crescimento
685 Excludente – então, isso tem para todos os cenários: 2040, 2030, para todos os cenários, Crescimento Excludente,
686 Includente e etc. – para cada uma das bacias, para todo o Estado! Aqui, nós temos a Evolução dos Déficits Hídricos
687 para cada Unidade de Planejamento – nos horizontes e nos cenários – estou trazendo isso, só como exemplo! E aqui
688 o que eu considero o mais importante, depois disso tudo que eu falei! Ok, nós temos um Diagnóstico, nós temos um
689 Prognóstico e nós temos Ações Propostas que estão no Plano, em forma de Plano de Investimento, da seguinte forma:
690 são 04 Eixos aqui: Governança do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (do SIGRH/PE), o Eixo de
691 Governabilidade dos Recursos Hídricos, o Eixo de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e Gestão Ambiental das
692 Águas. Cada um desses Eixos tem os seus próprios programas e cada programa tem uma série de ações com seu
693 horizonte de execução. Cada ação dessa tem uma ficha no Plano, descrevendo Cronograma de Execução,
694 Justificativa, etc – tudo que precisa ter em uma ficha! Além desse Plano de Investimento, a gente tem lá uma
695 Metodologia de Implantação do Plano e Acompanhamento, a partir de indicadores e etc. O que tem no Plano é uma
696 sugestão, aprovada por nós e pela CTPPP, mas que é uma proposta! O Plano Nacional de Recursos Hídricos traz
697 também uma Metodologia de Acompanhamento de Indicadores de Ações. Então, o que é que a gente precisa fazer
698 daqui pra frente? Quais são os próximos passos? Nós estamos com o Plano em mãos. Após a homologação por esse
699 Conselho, o que é que nós precisamos fazer? Tornar o PERH conhecido, tornar o Plano Estadual conhecido, mostrar
700 que ele existe e fazer essa divulgação em todos os canais possíveis! Depois, a gente tem que sentar e planejar a
701 priorização da execução dessas ações e a viabilidade delas, e aí o CRH vai ter um papel importantíssimo, assim como
702 a Câmara Técnica também; nos articular com outras entidades para viabilização da execução dessas ações e, após
703 passada essa fase aqui, que a gente conseguir colocar em andamento essas ações, a gente precisa acompanhar se
704 essas ações estão sendo executadas e como estão sendo executadas, e aí o Plano Nacional e a própria Metodologia
705 Proposta no Plano Estadual de Recursos Hídricos, podem nos ajudar a enxergar se essas ações estão sendo, ou não,
706 efetivas! E com a ajuda do nosso Sistema de Informação de Recursos Hídricos, a ideia que, ao contrário do que vendo
707 sendo feito, e a prática era atualizar o Plano a cada X (xis) anos e aí você atualiza o Plano complementemente, de ponta a
708 ponta! A ideia daqui pra frente, não só no Plano Estadual como nos Planos de Bacia, com o Sistema de Informação, é
709 a gente atualizar permanentemente os temas que são mais dinâmicos! Então, se você tem um novo estudo, você
710 incorpora, se você tem um estudo de demanda, disponibilidade, você incorpora! Então assim, com isso: fazendo
711 Relatórios Anuais – tanto de Acompanhamento dos Planos, das Ações dos Planos, como dos Temas – se houve ou
712 não novos estudos, incorporando isso na nossa Base de Dados, a Atualização do Plano Estadual ela vai se dar,
713 praticamente, de maneira permanente! Então, a ideia moderna de uma atualização de um Plano, é você fazer uma
714 coisa dinâmica e permanente! Você pode, claro, fazer uma publicação a cada X (xis) anos, mas só para criar um marco
715 de novo Plano Estadual, mas em realidade, o que gente tem que fazer daqui em diante, é pegar esse Plano – não
716 deixar ele na prateleira, articular e tentar colocar, discutir e tentar colocar as ações em ação, as ações em andamento.
717 Quando a gente conseguir colocar as ações em andamento, a gente precisa acompanhar a execução, através de
718 indicadores e da metodologia de implantação. Bom, é isso! Mais detalhes, eu teria que tomar muito tempo de vocês,
719 mas eu não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que estão aqui – já falei das Secretárias, de **Suzana**, já
720 falei do pessoal da equipe técnica, falei da Câmara Técnica, que ajudou demais e o pessoal da empresa! Então, eu
721 fico à disposição, a gente ainda vai conversar muito daqui pra frente, porque a elaboração do documento foi só o
722 primeiro passo!” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Erik**! Eu acho que você cumpriu brilhantemente o desafio de ser sucinto e

723 apresentar o cerne da questão da Atualização do Plano Estadual – muito bem colocada, a questão das Unidades de
724 Gestão que foram alteradas e muito bem também pontuadas – já havia sido colocado por **Suzana**, mas essa questão
725 da implementação, porque o planejamento é um processo dinâmico, que então, não é porque terminamos de atualizar
726 o Plano Estadual, que está tudo pronto! Não, agora é que vamos começar a fazer gestão, e o Plano Estadual então,
727 será o nosso guia – por isso a importância disso, de discutirmos, deliberarmos aqui, para depois de fato, a gente
728 comece a arregaçar as mangas e caminhar no sentido da implementação. Lembrando também, só que antes de
729 passar a palavra para os Conselheiros aqui, que pediram a palavra, que o Plano Estadual ele é uma referência de
730 tudo! Então, inclusive de diálogo com o Governo Federal. Então, nós tivemos reunião aqui em Brasília, no final do mês
731 de julho, sobre a possível Atualização do Plano Nacional de Segurança Hídrica - o PNSH. O Plano Nacional de
732 Segurança Hídrica, ele é um guia! Então, a gente consegue recursos financeiros da União, com aquilo que está lá no
733 Plano no Nacional de Segurança Hídrica. Então, o que a gente está já providenciando é verificando aqui as principais
734 propostas que estão no nosso Plano Estadual, para que a gente consiga já dar encaminhamentos a fim de buscar,
735 quem sabe até, assegurar recurso para futuras ações, principalmente infraestrutura hídrica e aí, como um guia do
736 Plano Estadual. E finalizando a minha fala, colocar também que do mesmo jeito que o Plano Estadual foi feito em
737 sintonia com o Plano Nacional, e tivemos ali o privilégio de estarmos trabalhando aí na mesma escala temporal, mas
738 que o Plano Estadual também serve de referência para os Planos das Bacias. Então, com essa nova referência, com a
739 Atualização do Plano Estadual, as bacias hidrográficas já vão trabalhar aí em sintonia, e foi feito isso, para que fique
740 então um planejamento completamente alinhado! Bom, dito isto, eu vou passar aqui, temos aqui já uma filazinha de
741 Conselheiros – então primeiro, o professor **Waldir Duarte**, depois o **Alexandre Ramos** e depois o **Ricardo Braga**, por
742 favor! Muito bom dia professor **Waldir**, pode se manifestar.” **Waldir Costa (Unieco)**: “Bom dia a todos! É que você
743 falou que tem uma etapa, senão me engano a Etapa 3, em que houve um relacionamento, por exemplo, uma consulta
744 com o Plano, atualmente existente, de 1998 – muito bem! No Plano de 1998, quando foi feito o cálculo de
745 disponibilidade, foi levado em consideração todas as bacias hidrogeológicas – que é a bacia do Cedro, bacia de
746 Mirandiba, bacia de Jatobá, etc. No entanto, pelo que eu vi aqui, o resultado que se apresentou, apenas as
747 disponibilidades hidrogeológicas foram consideradas na Região Costeira, na Zona Costeira, na bacia de Pernambuco
748 e Paraíba. Inclusive, você ressaltou na bacia de Terra Nova, e considerou o mapa quando apareceu aí quase todo de
749 vermelho, quando deu com uma disponibilidade igual, lá, em toda aquela área. No entanto, a bacia do Cedro está
750 incluída nessa região, no alto curso da bacia da Terra Nova e a disponibilidade hídrica da bacia sedimentar é bem
751 maior do que no cristalino. A bacia do Jatobá, por exemplo, lá na Unidade de Planejamento do Rio Moxotó, é uma
752 bacia de mais de 3 (três) mil quilômetros quadrados e que possui uma área de exploração de água muito elevada! Lá,
753 inclusive, está sendo executado grandes planos de irrigação de melão, de melancia e outras culturas, a partir da água
754 subterrânea! Inclusive, o abastecimento da cidade de Arcoverde, em parte, provém de poços perfurados nessa bacia.
755 Então, a disponibilidade de Jatobá está sendo considerada como igual à disponibilidade do Cristalino, acima da bacia.
756 Então, eu acho que aí está uma falha muito grande, na minha opinião – é só isso.! **Simone Rosa**: “Obrigada, professor
757 **Waldir**! Eu acho que eu vou passar já para **Erik** responder – então **Erik**, por favor!” **Erik Cavalcanti e Silva (GPSI-
758 Apac)**: “Professor, obrigado! Quando eu falei que tem um documento que avalia o Plano Estadual de 1998, na verdade
759 é sobre as Ações Propostas do Plano de 1998 – o que que andou de lá pra cá! Claro, que a parte de estudos
760 hidrogeológicos e outros – de lá pra cá, houve muita coisa! Então a gente não poderia pegar os dados que estaria no
761 Plano de 1998! O que foi feito, foi uma análise sobre o que foi feito, em termos de ação, de lá pra cá! Sobre aquele
762 mapa que eu mostrei, ele se referia a disponibilidade hídrica superficial! Então assim, claro que a gente considerou a
763 disponibilidade hídrica subterrânea e a gente vai ter uma informação mais granular, em cima daquelas outras bacias
764 que também estão lá no Plano, inclusive a gente usou o documento, aquele estudo que foi feito das bacias interiores:
765 Mirandiba, Carnaubeira da Penha – que se não me engano, o estudo feito pelo senhor, inclusive! Então, está tudo
766 considerado lá! Aquele mapa foi só como exemplo de disponibilidade hídrica superficial e ali eu usei, como exemplo,
767 de que a gente não pode colocar uma disponibilidade só, para toda a bacia, porque tem heterogeneidades no interior
768 da própria bacia que não permite isso!” **Simone Rosa**: “Ok, obrigada, **Erik**! Acho que você fez o devido
769 esclarecimento. Aí eu passo a palavra para o **Alexandre Ramos**. Bom dia, **Alexandre**! Depois, o **Ricardo**.” **Alexandre
770 Ramos (Ane)**: “Bom dia!” **Simone Rosa**: “A ANE participando em massa, eu acho muito bom isso! Pode falar,
771 **Alexandre**.” **Alexandre Ramos (Ane)**: “Bom dia! Na verdade, eu sou o suplente de **Ricardo**. Eu acho que essa é a
772 primeira reunião, nesse mandato novo, como suplente, mas eu acho que eu queria falar, queria destacar algumas
773 coisas desse Plano. Primeiro, que isso é uma reivindicação antiga, e eu queria destacar naquela reunião de
774 lançamento do Comitê do Capibaribe, no Palácio do Governo, em 2007, **Wellington** estava lá, como fundador do

775 Comitê do Capibaribe e a gente colocou essa questão lá, em 2007, que foi o primeiro ano de Governo **Eduardo**:
776 ‘vamos revisar esse Plano’! **Ricardo** estava na gestão, enfim. Eu acho que isso é uma coisa que perpassa aí gestões
777 e que bom que está sendo feito! Eu acho que do jeito que o Plano está feito – primeiro comentário: ele deveria ser até
778 incorporado pelas candidaturas que estão aí para o Governo – se os candidatos e candidatas fossem espertos,
779 pegariam algumas coisas desse Plano para incorporar na sua Plataforma de Governo, porque está muito bem
780 elaborado, realmente! E aí, nesse sentido, eu também queria destacar e reconhecer o esforço de **Erik** nesses 04 anos
781 aí, e de **Simone**, nesse processo também, que acho que vale muito a pena o Conselho reconhecer esse esforço para
782 que isso seja feito! Também eu queria destacar que esse Plano terminou formando expertises! A Câmara Técnica,
783 hoje, é uma câmara esperta em planejamento! O **Erik** está aí também como um esperto nesse processo e que isso é
784 um legado que fica para os próximos Planos que vão ser feitos aí pelo Estado de Pernambuco. Agora eu queria
785 destacar somente uma coisa, que é entender o Plano, um Plano, planejamento hoje tem que ser entendido como um
786 pacto com a sociedade! Quando o Conselho aprova esse Plano, ele deixa de ser um Plano de Governo, ele é um
787 pacto de todos os Conselheiros e Conselheiras que estão aqui – de todas as instituições que estão aqui! Mas eu acho
788 que esse pacto ainda é muito pequeno. Quando o **Erik** fala assim: ‘que precisa mostrar o Plano para a sociedade’, é
789 porque o Plano ainda não é um pacto! Ele vai ser um papel aprovado por esse Conselho, mas não é um pacto
790 efetivamente – e eu acho que essa é a minha maior preocupação nesses processos de planejamento! Aí eu queria só
791 destacar o conceito de ‘intersectorialidade’: para ser pacto, ele tem que ser ‘intersectorial’ e a ‘intersectorialidade’ aparece
792 muito pouco no Plano, que eu acho que aí a Câmara Técnica, a gerência, vai ter que pensar mais estrategicamente
793 como é que esse Plano pode ser ‘intersectorial’? No Tomo-III, que trata do Plano de Ações, no Volume-II, que trata das
794 Ações e Plano de Investimento, sei lá, a palavra ‘intersectorialidade’ só aparece 8 (oito) vezes – 5 (cinco) delas na
795 Metodologia, uma como Ação de Fortalecimento da Comunicação Institucional, e uma que diz que o sistema irá
796 promover aperfeiçoamento dos processos intersectoriais da Apac – só aparece aí, e uma nas referências bibliográficas.
797 No Resumo Executivo, ‘intersectorialidade’ aparece uma vez somente, e no Volume-III, que fala aí do acompanhamento,
798 ela aparece 7 (sete) vezes e o ‘intersectorial’ ou ‘intersectorialidade’, qualquer coisa assim, aparece somente 7 (sete)
799 vezes, repetindo o Tomo-II, e numa frase que eu acho que é importante para o Conselho que diz assim, que é quando
800 fala do Quadro 2.1 – da condição da política de recursos hídricos – aí, ela diz assim: “a ressalva que se deve realizar é
801 que o desenvolvimento em políticas públicas, especialmente no que se refere a ação intersectorial entre os distintos
802 atores mobilizados para a execução do Plano, foge ao escopo das ações técnicas relacionadas a elaboração desse
803 Plano, sendo atividade de natureza política, elas deverão ser promovidas pelos entes responsáveis pela coordenação
804 e implementação do Plano.” Então, eu acho que esse é um destaque aqui para o Conselho, para a Câmara Técnica,
805 de que se isso é uma ação política e não está dimensionada, aí depois, na verdade, se faz um quadro que coloca as
806 ações e a relação com alguns órgãos, mas eu acho que aquele quadro ainda é muito pequeno para o volume de ações
807 e órgãos que tem interface com esse Plano – tanto estaduais, nacionais como municipais. Colocam lá, inclusive,
808 algumas instituições como a FIEPE, mas teriam muitas outras instituições, que poderiam estar se envolvendo na
809 execução desse Plano. Aí eu acho que meu comentário, acho que o Plano é muito bom, mas meu comentário é que
810 agora, a gente tem que pegar esse Plano embaixo do braço e pensar sobretudo nessas ações intersectoriais que não
811 estão dimensionadas nele.” **Simone Rosa**: “Eu acho que eu tive um probleminha aqui com o áudio que eu só não ouvi
812 a parte final, mas eu acho que o **Erik** falou que ouviu, então acho que foi só as últimas palavras, eu acho que não teve
813 nenhum prejuízo. Mas, **Alexandre**, você pontuou aspectos bem relevantes – essa questão política, digamos assim, em
814 que pede de que as propostas sejam incorporadas aí às agendas dos próximos governantes! Eu acho que isso,
815 realmente, é um ponto bem importante, e obrigada pela sua participação! Eu vou passar a palavra para o Conselheiro
816 **Ricardo**, e aí caso haja necessidade eu volto para você **Erik**, ok? **Ricardo**, por favor.” **Ricardo Braga (Ane)**: “Foi bom
817 ter ouvido o **Alexandre** porque ele agora é o novo Presidente da ANE – a partir de dezembro do ano passado! E vocês
818 viram como a ANE está muito bem representada pela fala que ele teve. Eu não tenho observações, mas tenho apenas
819 uma indagação, **Erik**: é no quadro que você coloca que é dos Programas e Ações, é um quadro pintado de amarelo,
820 alaranjado, muitas ações. Então, tem três colunas do lado direito. Uma delas é ação até 05 (cinco) anos, na segunda
821 depois de 05 (cinco) até 10 (dez), ou alguma coisa assim, depois alguma coisa. Na de 05 (cinco) anos, eu vejo que
822 está tudo como execução. A minha dúvida: Esse ‘execução’ é porque estava já ‘sendo executado’, ou vocês fizeram
823 alguma diferenciação entre aquilo que está proposto para execução nos próximos 05 (cinco) anos, daquilo que
824 efetivamente está sendo executado agora? Essa é a minha dúvida!” **Erik Cavalcanti (GPSI-Apac)**: “É um misto dos
825 dois, **Ricardo**! Na verdade, a Consultora propôs uma série de ações, claro, em conjunto com a gente, em conjunto
826 com as outras entidades que a gente sentou à mesa, e parte dessas ações a gente identificou que já estariam em

andamento. Então, ali naquele quadro, existem ações que estão previstas para curto prazo, geralmente não precisam de grande orçamento de gestão, e parte dessas ações está efetivamente em andamento, já! Então, cabe a gente também, a nós da Apac, inclusive, fazer esse levantamento para quando for discutir com o Conselho e com a Câmara Técnica, a gente já mostrar esse panorama – do que é que já está em execução, do que é que a gente precisa correr atrás!” **Ricardo Braga (Ane):** “Então, eu proporia isso que você está dizendo agora, independente de estar no Plano ou não, mas como ferramenta de trabalho, logo dividir essa coluna em duas, porque aquilo que não está em execução é importante ser salientado, no sentido do alerta! Porque o que está em execução já tem uma dinâmica própria, pode ser até melhorado, mas já tem essa dinâmica, mas aqueles que não começaram ainda, precisam vencer a inércia! A inércia é de gestão e é financeira – estou falando inércia, no sentido de ‘estar parado’, não é de que existe acomodação! É apenas que ‘está parado’ ou que nunca se percebeu a necessidade, e que agora se percebe! Então, elencar aquilo que precisa, em 05 (cinco) anos ser executado porque não começou ainda, ou porque não houve possibilidade, prioridade, ou porque não se tinha detectado a necessidade daquilo que está em execução! Eu acho que seria muito bom até, para que a própria câmara técnica pudesse monitorar de forma mais fácil. E os comitês, naturalmente, ficariam atentos a reivindicar aquilo que não começou ainda – isso a gente fez no primeiro Plano do Capibaribe e no Ambiental, depois vieram os outros Planos e que a gente identificou aquilo que precisava começar e aquilo que já tinha começado, já estava lá. Ok, obrigado! **Erik Cavalcanti (GPSI-Apac):** “Ricardo, e aí lhe respondendo e respondendo também a **Alexandre**, isso aí que a gente já está fazendo já é o próximo passo do Plano – a gente já está colocando o Plano debaixo do braço e pensando no próximo passo! A gente precisa sim, fazer isso e teve muita comunicação! A parte mais difícil é essa que **Alexandre** falou, queria eu, quisera todo mundo aqui presente que o próximo candidato colocasse esse Plano para ser ‘mote de campanha’, porque a gente precisa fazer esse Plano ser enxergado! Porque é uma coisa que foi feita no âmbito de uma Secretaria, mas que precisa ser enxergado pelo Governo. Então, a gente vai ter que ter essa intersetorialidade aí entre Secretarias, entre Conselhos – a gente vai ter que fazer essa costura junto – não tem pra onde! E sobre essa questão de ‘estar especialista’, ou não, **Alexandre**, aprendi muito com a câmara técnica nesse processo, nesses 10 (dez) anos de Apac, nesses 04 (quatro) anos do Plano Estadual. E assim, o primeiro Plano foi feito quando eu tinha 15 (quinze) anos de idade! Então eu vi o primeiro Plano, vi as pessoas envolvidas, queria estar presente ali, e consegui! Eu estou presente e, cada vez mais, eu quero estar nesse ambiente e contribuir do jeito que eu puder!” **Simone Rosa:** “Obrigada, **Erik!** Importante esse ponto, eu tinha comentado, que o **Alexandre** colocou, da questão de que o Plano foi uma escola, uma capacitação! E para todos que participaram, membros da Secretaria, e essa é a melhor escola – que não é escola formal, dentro da sala de aula, mas é escola que a gente aprende fazendo! Eu tive o privilégio, tinha um pouquinho mais de 15 (quinze) anos, quando se fez o primeiro Plano, **Erik!** Então, eu tive o privilégio de participar também da execução do Plano, que foi aprovado em 1998 – era muito jovem ainda, e agora acompanhei também de perto, aqui, a atualização do Plano Estadual, com uma diferença muito grande de metodologia, claro, passou-se muito tempo e a gente aqui, está sintonizado aí com tudo que mudou – então, realmente foi uma escola! Bom, eu vou passar a palavra para o **José Carlos** – ele não é Conselheiro, mas ele participou ativamente na CTPPP e depois para a Conselheira suplente, **Danuzia**. Então, **José Carlos**, por favor.” **José Carlos Queiroga (CTPPP-Fiepe-Titular):** Eu participei dos trabalhos todos da câmara e tem alguns pontos que foram tocados aqui, que realmente nos preocuparam também! Um, que é o tocado pelo **Waldir**: nem tudo o que a gente fez, que foi feito, está absolutamente fiel à realidade! Então, isso é um Plano feito com as medidas e com as disponibilidades e as responsabilidades, digamos, colocados para o grupo, mas certamente alguns pontos precisarão de algum ajuste – dependendo, talvez, de uma espécie de feedback da sociedade ou dos diversos sistemas, diversos setores envolvidos pelo Plano! Então, algumas coisas certamente serão ajustadas em momentos posteriores – isto já está configurado. A própria relação, a prioridade que foi definida para as ações, já foi consagrado que vai ser revista e adaptada às condições atuais e reais. Ou seja, o Plano não é uma coisa muito rígida, totalmente rígida – é um Plano flexível, que aceita alguns ajustamentos, em função da sua própria aplicação e retorno de informação, esse feedback da sociedade. Um ponto, que eu sempre me preocupei com ele, e toquei em diversas ocasiões, é que o sistema de comunicação que é, me parece uma das coisas mais importantes desse Plano, não teve uma boa avaliação daquela relação de ações! E ele tem um aspecto que eu acho que, talvez, seja o caso dessa revisão, é que a comunicação está constituída muito mais no sentido do alto para baixo, e muito pouca coisa de baixo para cima – ou seja, muita ação e pouco recebimento de feedback! Então, talvez esse feedback deva ser, de alguma forma, intensificado, ou seja, captar junto aos usuários, quais são as necessidades – onde é que a coisa está funcionando bem? Onde não está funcionando tão bem? E receber isso, não como uma crítica, mas como uma tentativa de aperfeiçoamento de um processo que está procurando construir! Basicamente é isso, isso de certa forma,

879 foi o que **Alexandre**, foi um aspecto que ele tocou e que a gente estabeleceu na câmara técnica – não somente a
880 câmara técnica, mas todos que se envolveram: a Apac, o Estado – todo mundo criou um instrumento que vai poder ser
881 quase permanente – cabe apenas irmos ajustando aqui e ali, conforme a prática for indicando. Se isso for cumprido,
882 ele vai ter vida longa e vai ter vida frutuosa! É isso aí que eu tenho a dizer, encerrei.” **Simone Rosa**: “Obrigada, pelas
883 suas considerações, **José Carlos**! Passo a palavra então, para **Danuza Gusmão**. Bom dia, **Danuza**, prazer em revê-
884 la pessoalmente, aqui no Conselho!” **Danuza Gusmão Lima (SEDUH)**: “Oi, bom dia! É um prazer falar com vocês
885 novamente, agora fazendo parte da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas querendo também fazer parte desse
886 momento, parabenizando mesmo o **Erik**, porque eu o conheço desde o início da Apac, foi inclusive por isso, que eu
887 pedi a fala, porque a insistência de fato foi da Apac, em conduzir todo esse processo como órgão executor, mas que
888 nasceu, inclusive, do trabalho do PSH-PE, que foi o Programa de Sustentabilidade Hídrica instalado, que teve no início
889 e pela luta também da gestão do Dr. **Almir Cirilo**, que graças a ele esse escopo e a existência também da Apac, eu
890 digo essa gestão que ele perpetuou por alguns anos – **Simone** fez parte dessa gestão, assim como tantos outros
891 profissionais e companheiros que eu tenho o prazer de encontrar aqui! Eu fiz parte da gestão do professor e ex-
892 Secretário **Ricardo Braga**, na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a SEMAS – acho que ainda **Ricardo**
893 foi o Secretário e logo em seguida, a SECTMA. Eu fiz parte da gestão dele, tenho a honra de ter feito parte desse
894 processo desde o início - como Secretaria de Meio Ambiente e fico feliz da fala do **Alexandre**, que é um profissional
895 que eu também conheço de longa data e me senti contemplada quando ele mencionou todo esse processo desde
896 2007. Então, é um longo processo que nós todos fizemos parte e eu não podia deixar de mencionar a gestão do Dr.
897 **Almir Cirilo**, e com isso, a criação do Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado, que trouxe muitas ações,
898 inclusive dentro da COMPESA, o professor **Waldir Costa**, que aqui está, fez parte de muitas ações que foram
899 conseguidas e colocadas na prática, realizadas pelo PSH, e agradecer esse momento de fazer parte de ver meu Plano
900 pronto, quer dizer, pronto – em andamento, mas de ter conseguido concretizar a consultoria e de ter realizado. E ouvir
901 a apresentação do **Erik**, me fez me sentir contemplada também nesse processo! Queria não deixar também de
902 mencionar a **Lorenzza**, que é uma pessoa que participou também na época do projeto – ela fazia parte como Gerente.
903 **Simone** vem logo em seguida, que fez parte antes, e depois continuou aí, com o andamento na SEINFRA, e foi
904 justamente quando o programa, o PSH, estava finalizando! Então, eu não vou entrar no mérito dos detalhes das ações,
905 porque acho que tem pessoas aqui, com muito mais conhecimento nessa ótica específica da seara e da área dos
906 recursos hídricos, mas não queria deixar de fazer essa menção e ficar feliz também de estar novamente aqui,
907 participando com vocês – tanta gente qualificada, conceituada e que vem levando adiante essa luta e essa
908 persistência nas questões de recursos hídricos do Estado, obrigada!” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Danuza**! importante
909 esse registro histórico! Quando eu assumi aqui, na Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, em abril de 2019, e me
910 deparei aí com o processo do PERH/PE estacionado, então, eu realmente arregacei as mangas e para mim virou uma
911 questão pessoal de a gente conseguir levar adiante e o grande desafio foi a questão financeira, porque o PSH foi
912 concluído em março e a gente sabia que não ia mais ter recursos do Banco Mundial, mas eu coloquei isso como uma
913 meta, da mesma forma que **Erik** colocou aí, que de tinha que terminar o Plano – é uma meta que se torna também
914 pessoal e a gente foi, falei com a Secretária **Fernandha**.” **Danuza Gusmão Lima (SEDUH)**: “Foi importante para toda
915 a gestão estadual de recursos hídricos, não é? **Simone Rosa**: “Exatamente!” **Danuza Gusmão Lima (SEDUH)**: “Era
916 um objeto principal do PSH a sustentabilidade hídrica do Estado. Então eu fico muito feliz que isso continue em
917 andamento, não tenham desistido, que vocês tenham persistido nesse assunto.” **Simone Rosa**: “Exatamente, inclusive
918 dizer do meu esforço pessoal, porque isso foi um contrato da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, que eu
919 assinei isso como contratante e que eu coloquei isso como uma meta para de trabalho, mas assim, com suor, por ser
920 uma questão pessoal, então assim, sem querer trazer o mérito, todos tiveram participação, mas se a gente não tivesse
921 desatado esse nó administrativo, financeiro, mas eu acho que conseguimos e o mérito é de todos!” **Danuza Gusmão**
922 **Lima (SEDUH)**: “É e que surpresa, quer dizer, 12 (doze), 10 (dez) anos já, minha gente que a Apac foi criada, olha
923 isso!” **Simone Rosa**: “Pois é, então dando seguimento aqui, a nossa pauta, nós não temos mais nenhuma pessoa
924 inscrita sobre o Plano Estadual, que já foi aqui amplamente comentado, discutido, debatido! Então com isso, **Gizélia**,
925 você pode projetar a resolução? E aí eu fiz uma pequena inversão, que eu tinha consultado aqui previamente, então a
926 gente passa para as resoluções e aí vamos deliberar então, pela resolução que está na pauta em segundo lugar, mas
927 que é a resolução que dispõe sobre o Plano Estadual, que estamos agora debatendo! Então, essa minuta dispõe sobre
928 aprovação da Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em Pernambuco (PERH/PE) – vocês receberam a
929 minuta, **Gizélia** vai projetar a resolução, eu também não sei se é necessário ler tudo, pois a resolução é bem simples e
930 ela resolve aprovar então a Atualização do Plano Estadual de Pernambuco – que é só a gente preencher a reunião,

931 porque era uma deliberação, então não sabíamos se ia ser aprovada, ou não, e aí eu coloco em votação, na seguinte
932 forma: quem concorda com a Aprovação do Plano Estadual, não precisa se manifestar, e caso algum Conselheiro que
933 não concorde com a aprovação, então se manifeste pelo Chat, que aí a gente abre a palavra – nós não temos
934 nenhuma manifestação, já havíamos tramitado isso, então **dessa forma, a Atualização do Plano Estadual de**
935 **Recursos Hídricos (PERH/PE) está aprovada!** Encaminharemos aí a deliberação para a devida publicação. Fico
936 muito, muito feliz com esta nossa deliberação – preciso expressar aqui, para vocês! Bem, então seguimos aí com o
937 nosso próximo de ponto de pauta, e aí nós temos então outra deliberação, sobre a questão do Procomitês, sobre a
938 Certificação do Alcance das Metas do Procomitês, e eu vou passar a palavra para a **Sandra Ferraz**, porque ela atuou
939 como Relatora na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI), e foi a responsável pela discussão,
940 junto com a Coordenação da CTALI. Então, passo a palavra para a **Sandra**, por favor, para relatar aqui, brevemente
941 aos Conselheiros, para que a gente possa deliberar!” **Sandra Ferraz (CTALI)**: “Bom dia a todos! Na condição de
942 membro da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) e, como **Simone** falou, neste processo atuei
943 como Relatora. Eu venho informar, de forma muito sucinta, porque vocês já estão com a minuta de resolução! Eu acho
944 que eu não preciso expor o Parecer, mas sim, como se deu o processo, pois o parecer são três páginas, mas o
945 processo começou na CTALI, com o encaminhamento da documentação, que era o Relatório Anual da Certificação –
946 um quadro simples e uma planilha, que **Lúcia Helena e Gustavo Pestana** ali na CTALI, nos apresentaram – tanto com
947 documento em pdf, como com um documento de powerpoint. Foram feitas as considerações sobre o programa, os
948 desafios para o seu cumprimento de metas, todos os Comitês foram contemplados e o estado de Pernambuco teve um
949 Cumprimento de Meta superior a 97% (noventa e sete por cento) – isso é um número relevante, que merece o
950 destaque! Foi feita uma apresentação, que eu digo que foi breve, mas muito completa, sobre essas metas; quanto ao
951 Plano de Capacitação dos Comitês, as capacitações foram realizadas de forma virtual, diante do momento que nós
952 passamos; os Planos de Comunicação, também com serviço de identidade visual; em relação aos Planos
953 Hidroambientais, houve contratação de dois Planos Hidroambientais; as Planilhas do Relatório Anual de Atividades de
954 2021, também foram nos encaminhadas. E assim, o que foi observado no Anexo II – os pesos e percentuais de cada
955 Comitê, foi nos itens de funcionamento, de acordo com as questões legais normativas, o Regimento, número de
956 reuniões, as capacitações, comunicação, o cadastro, a implementação dos instrumentos de gestão e todo o
957 acompanhamento. Sempre foi destacado, novamente, pela entidade estadual, no caso a Apac, essa questão do
958 cumprimento de metas superior a 97% (noventa e sete por cento) e ele fez um ajuste na apresentação – porque tinha
959 sido solicitado no ano anterior, no ano passado, que houvesse uma complementação de informação e que a
960 informação com relação à fonte de recurso que não fosse do Procomitês, mas fosse outra, que também constasse – e
961 aí a **Lúcia Helena** falou desse detalhamento – está tudo nos documentos! Então, o Parecer da câmara técnica, o
962 Parecer no caso, no meu Parecer como Relatora, concordado pelo Coordenador **Everaldo Batista**, foi pela aprovação
963 do Relatório Anual de Certificação do Procomitês, para o ano base de 2021. E como já é de praxe nessa CTALI, a
964 gente coloca que a gente aprova as Metas Operacionais, pois o que não está sendo avaliado e aprovado são as
965 movimentações financeiras! Esse é o Parecer, e a câmara técnica recomendou pela aprovação! Eu acho que agora já
966 pode projetar, eu estou à disposição, eu não sei, eu não vi, os meninos da Gerência de Apoio aos Organismos de
967 Bacias (GAOB-Apac), que têm mais propriedade no detalhamento do que nos foi apresentado! Eu não vi assim, não
968 sei se eles estão na nossa reunião, participando, mas se houver algum questionamento, a gente está à disposição!”
969 **Simone Rosa**: “Obrigada, **Sandra**, pela relatoria! Então, estamos aqui na tela com a resolução, e eu pergunto: se
970 algum dos Conselheiros tem alguma manifestação sobre esse ponto, tem alguma dúvida, se há necessidade de algum
971 esclarecimento? Não temos nenhuma manifestação, então podemos colocar em deliberação essa resolução para
972 aprovar o Relatório Anual do Alcance de Metas do Procomitês e, da mesma forma que a anterior, eu peço que: caso
973 concordem com a aprovação, se forem favoráveis à aprovação, não precisa se manifestar e os Conselheiros que
974 discordem ou que não votem favoráveis a essa deliberação, se manifestem! Bem, como não temos nenhuma
975 manifestação, então **está aprovado o Relatório do Alcance de Metas do Procomitês-2021, por unanimidade!**
976 Então, passamos ao nosso próximo ponto de pauta, a nossa última deliberação aqui da pauta, que é a questão da
977 outorga para captação de águas subterrâneas, destinada ao uso de sistemas e soluções alternativas coletivas para o
978 abastecimento público. Então, para apresentar esse tema eu convido a Coordenadora da Câmara Técnica de Águas
979 Subterrâneas (CTAS), a **Cássia** para expor aí, conduzir o processo da CTAS – para ela fazer um breve relato para os
980 Conselheiros sobre essa resolução. Por favor, **Cássia!**” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Isso é o resultado de uma
981 revisão, digamos, na resolução que foi aprovada anteriormente no final, em meados de 2021. Uma resolução que é
982 para poços irregulares. Então, ela foi revisada, foi analisada pela Apac. Houve também um pleito da COMPESA, em

983 relação a facilitar o processo e sobre alguns problemas que ela tinha para se regularizar – em função disso, seriam
984 feitas três resoluções! Então, foram votadas três resoluções: uma, seria para facilitar - que seria uma Outorga
985 Provisória que foi votada e na última reunião do CRH foi aprovada; e fora isso, teria então essa daqui; e tem uma
986 terceira, que já foi votada na CTAS, mas que ainda tem que seguir todos os trâmites até chegar aqui no CRH e essa
987 daí foi então votada e aprovada! E eu gostaria de informar que a COMPESA tem muita dificuldade no desligamento
988 dos sistemas – para realizar todos os testes ela precisa desligar o sistema e isso gerava muito problema para ela, para
989 realizar todas essas operações, obter a outorga desses poços de abastecimento público. Então, teremos duas
990 resoluções, essa da tela e uma outra, que é para o resto. Essa na tela agora, vai atender somente sistemas de
991 abastecimento público, ou SAA – que é o sistema de abastecimento padrão, e tem o outro que é o SAC, que é para os
992 Sistemas de Abastecimentos Coletivos. O outro, é para sistemas de abastecimentos – que é o próprio da COMPESA!
993 Bom, resumindo: Em função dessas duas, essa daí seguiu para a CTALI, e o que eu teria também aqui a dizer para
994 vocês, é que depois que essa seguiu para a CTALI, foi aprovada e seguiu para o CRH, a câmara técnica entendeu que
995 realmente, era totalmente desnecessário os testes de bombeamento sob qualquer condicionamento, exceto que viesse
996 a ter um estudo ou algo que justificasse essas condições! Aí o que eu queria aqui, no caso sugerir, é que tem um artigo
997 aqui nessa resolução que fala sobre os Testes de Bombeamento, parágrafo 2º lá – eu acredito que é no artigo 3º: ‘o
998 RTB será dispensável na renovação de outorga para poços apresentem a condutividade, o PH’. Então vejam só, isso
999 foi revisado então na CTAS e eu justamente coloquei em votação, na última reunião CTAS, para que eu pudesse
1000 sugerir aqui, com propriedade com pré-aprovação da CTAS! Então, no caso desse artigo aqui, eu sugiro que para ficar
1001 igual à próxima que vai vir para o CRH, que é a que pega todo o resto, exceto as contempladas nesta aqui – para ficar
1002 com a mesma redação e porque o entendimento passou a ser dispensável, exceto se houver um entendimento
1003 diferente, e já passada essa redação para **Gizélia**, não é, **Gizélia**? É lá mesmo, aquela ali que passou a ter a redação:
1004 ‘O RTB, será dispensável, exatamente na renovação, salvo a cargo – eu acho que foi isso que foi colocado lá da
1005 entidade outorgante, devidamente justificado’. É porque essa é aquela redação que eu já havia passado que ficou
1006 aprovada naquela, no dia que a gente teve a reunião da CTAS, que foi no dia 1º de setembro! **Simone Rosa**: “Tá,
1007 deixa eu só fazer um esclarecimento **Cássia**, aqui aos Conselheiros. Então, vejam o que aconteceu: nós fizemos a
1008 convocação para os Conselheiros com a devida antecedência de 15 (quinze) dias, que é a antecedência necessária
1009 para uma Reunião Ordinária. Após a nossa convocação, houve reunião da CTAS e houve esse ajuste que **Cássia** está
1010 colocando aqui – só para que haja uma compreensão aí pelos Conselheiros! Então, como essa reunião foi posterior à
1011 convocação-CRH, então por isso não foi enviada para os Conselheiros com esse detalhe, desse parágrafo 2º, que
1012 **Cássia** está colocando – só para que vocês tenham a compreensão do que está ocorrendo! Então, quando vem para a
1013 plenária do CRH, já foi aprovado pela câmara técnica respectiva, no caso foi a CTAS, mas neste caso, como houve
1014 uma reunião posterior e houve esse ajuste, então vocês não receberam essa versão final e colocamos aqui,
1015 projetamos aqui, a versão que os Conselheiros receberam. Então, a Coordenadora da CTAS entendeu que a gente
1016 poderia fazer esse ajuste agora – e é possível, não tem nenhum problema! Mas só para vocês compreenderem, então
1017 o porquê que está sendo feito esse ajuste agora – que já passou pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, na
1018 reunião do dia 1º de setembro, que foi então posterior a nossa convocação! Me corrija se eu estiver equivocada em
1019 algum ponto, está **Cássia**, por favor! **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Está certíssima! Então foi esse ajuste, um outro
1020 ajuste que foi identificado, junto com a reunião que eu tive com a Apac, que é onde é inserido lá que no, que fala, não
1021 **Gizélia**, sobe aí, por favor. Aqui onde vai ter a palavra ‘ou regularização’. ‘O RTMP correspondente a esses dados,
1022 exceto pelo, devidamente’, é onde foi inserida a palavra ‘ou regularização’. Embaixo, é porque aqui não está
1023 aparecendo para mim, fica no canto direito, vai descendo aí um pouquinho, vai descendo devagar essa.” **Simone**
1024 **Rosa**: “É no artigo 4º.” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Isso. É ali mesmo. Que fala na renovação dos casos no
1025 parágrafo anterior poderá ser substituído.” **Simone Rosa**: “Qual é a alteração, **Cássia**?” **Cássia Araújo (CTAS-**
1026 **Anbem)**: “É somente o seguinte: isso foi identificado junto com a reunião da Apac. É que está dizendo que: somente
1027 seria necessário para uma primeira outorga, certo e aí a Apac disse: “ou regularização”, porque embora hoje temos o
1028 entendimento de que qualquer regularização é uma nova outorga, que ela não vai considerar como sendo uma
1029 renovação, a partir do momento que for fora do prazo. Então, embora haja esse entendimento que seria uma nova
1030 outorga, poderia aqui, de repente, vir alguém questionar de que: “não, mas já teve uma outorga um dia.” Então, foi
1031 solicitado que fosse incluída a palavra ‘ou regularização’ – onde tem ‘primeira outorga’.” **Simone Rosa**: “Ok, mas você
1032 precisa identificar, exatamente, o ponto onde a gente vai incluir nessa parte!” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Foi
1033 incluída nessa daqui, já está lá embaixo, onde está escrito exceto ‘o RTMP é obrigatório, a possibilidade da retirada
1034 será substituído’. Eu vou entrar no meu computador e eu passo para vocês certinho de uma vez, é porque como está

1035 dando esse problema de interferência.” **Gizélia Rodrigues (SERH/Seinfra)**: “**Cássia**, eu não tenho essa outra
1036 modificação que você está falando.” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Espera aí, eu lhe digo já já. Um minuto só.”
1037 **Gizélia Rodrigues (SERH/Seinfra)**: “Eu só tenho, eu só coloquei a palavra ‘elétrica’ lá no final.” **Cássia Araújo**
1038 **(CTAS-Anbem)**: “Não, bote, procure a palavra ‘primeira outorga’. Procura a palavra ‘primeira’. Se você pesquisar a
1039 palavra ‘primeira’. Antes, onde você tem a palavra ‘primeira outorga’. ‘Primeira outorga’, é aí ‘ou regularização’. Então,
1040 esse inciso III, seria para ficar com a mesma redação que ficou lá, então seria: ‘para a primeira outorga ou
1041 regularização’ – e aí o entendimento é que ao invés de essa palavra ‘obrigatório apenas para poço perfurado’ – que o
1042 correto seria dizer: ‘dispensável’.” Ao invés da palavra ‘obrigatório’ seria trocar por ‘dispensável para poços’ – ao invés.
1043 E lá embaixo, onde tem: ‘a partir da vigência para poço perfurado’, ‘dispensável apenas para poço perfurado’ – antes
1044 da vigência desta resolução – porque isso faria com que ficasse uma redação mais clara! Então, isso foi uma sugestão
1045 da Apac e foi aprovada, também, nessa nossa reunião da CTAS. E uma outra coisa, que no caso, era **Romildo**, lá do
1046 IPA, quem levantou o questionamento, foi que essa Lei deveria citar o que está sendo revogado dela. Então, para que
1047 não seja citado, deveria incluir um artigo, antes do final, onde diria que esta resolução – artigo 8º, aí entraria o 9º e
1048 ficaria 9º e 10º.” **Simone Rosa**: “**Cássia**, minha sugestão então, é que no artigo 9º permaneça com: ‘esta resolução
1049 entre em vigor na data da sua publicação e revoga as disposições contrárias.” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “aí ele
1050 diz que precisa colocar ‘no que lhe concerne’ – porque ela revoga só parte de outras resoluções. Exatamente, onde
1051 tem de ser, o que estaria sendo revogado, aí bastaria simplificar ‘no que lhe concerne’ – seria só isso! Isso aí foi
1052 sugestão do Jurídico – eu não tenho propriedade quanto a isso não, tá? Se tiver alguém aqui que tem algum
1053 questionamento a fazer. Então, é o seguinte, isso são sugestões, isso ficou aprovado para a outra resolução, que
1054 ainda virá para o CRH e apenas com a intenção de que fiquem com a mesma redação, tenham mais ou menos o
1055 mesmo conteúdo, quem leu uma, entenda facilmente a outra, na mesma lógica! Então, foi sugerido que as duas
1056 tivessem a mesma redação, que foi a mesma coisa que aconteceu em relação àquelas resoluções sobre os aquíferos!
1057 Então, seria essa a intenção, a ideia, então eu estou aqui na realidade apenas sugerindo, porque lá na câmara técnica
1058 todo mundo, digamos que, aprovou e entendeu como sendo pertinente a situação!” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**:
1059 “Tudo bem, eu estou aqui, só se tiver mais qualquer pergunta é só falar, obrigada!” **Simone Rosa**: “Então obrigada,
1060 **Cássia**! Eu vou fazer a seguinte colocação aqui para os Conselheiros: o que ocorreu aqui não é o usual! O usual é que
1061 o texto venha pronto e que os Conselheiros recebam com antecedência para ter todo esse tempo de análise, que são
1062 os 15 (quinze) dias precedentes à reunião. Como houve esse lapso temporal de haver uma reunião agora, no dia 1º
1063 (primeiro), e havendo essas alterações, então eu quero deixar aberto aqui para os Conselheiros se se sentem à
1064 vontade de realmente votar, tomar essa deliberação de aprovar, ou não – com as alterações que foram propostas
1065 agora por **Cássia**, ou se entendem que a gente deve deixar isso para a próxima reunião? E aí, eu queria ouvir
1066 especialmente a Apac! **Crystianne** já pediu para falar, e que se caso algum representante da COMPESA – que
1067 também vai ser diretamente afetada, também queria se manifestar. Então, vou ouvir a **Crystianne**. Temos o **José**
1068 **Carlos**, e caso alguém da COMPESA queira se manifestar – e aí a gente decide se realmente vai deliberar – como
1069 estava previsto na pauta, ou se os Conselheiros não se sentem confortáveis, a gente pode remeter essa deliberação
1070 para a próxima Reunião Ordinária, sem nenhum problema – isso vai ser uma decisão nossa aqui! **Crys**, por favor!”
1071 **Crystianne Rosal (Apac)**: “Primeiro, lá no cabeçalho tem ‘regulamenta a outorga de captação de água subterrânea
1072 destinada ao uso de sistemas e soluções alternativas coletivas para o abastecimento público’. E aí, a minha dúvida já
1073 foi respondida por **Cássia**, mas precisa ser corrigida, porque lá no artigo 2º (segundo), ele diz que: ‘as captações de
1074 águas subterrâneas são destinadas ao uso do SAA e SAC’, que é Sistema de Abastecimento de Água e Coletiva.
1075 Então, faltou colocar aqui em cima: ‘o Sistema de Abastecimento de Água’ – porque eu entendi, pelo que **Cássia**
1076 explicou, que é para os dois sistemas! Sempre quando eu leio essas resoluções, eu sempre leio com olhar de quem
1077 vai executá-la aqui dentro da Apac, e por isso que eu me apego a esses pequenos detalhes aí! Então, eu estou
1078 entendendo que o Sistema de Abastecimento de Água é COMPESA e Prefeituras – que a gente tem outorga aqui, e a
1079 alternativa ‘Coletiva’ que deve ser carro-pipa, chafariz – essas outras alternativas que a gente tem! Com essa mudança
1080 que **Cássia** fez, aí nesse momento, no inciso II, do artigo 3º: ‘o RTB passa a ser dispensado’ – porque antes tinha
1081 ainda exigindo a condutividade, o PH, o nível estático e o nível dinâmico – que a gente estava entendendo que essa
1082 era uma dúvida que era um Teste de Vazão simples, não era mais o Relatório de Teste de Bombeamento completo,
1083 mas era um Teste de Vazão simples – para que a gente pudesse ter o acompanhamento de como está se
1084 comportando o nível dinâmico e estático do poço, e a partir de então, passa a ser totalmente dispensável – queria tirar
1085 essa dúvida com **Cássia**, pela redação que ela alterou agora, eu estou entendendo que: a cada renovação não vai ser
1086 mais entregue nenhum tipo de teste aqui à Apac – por essa redação, que ela modificou agora! Já no inciso III, coloca

1087 assim: “para poços operantes antes da vigência da Resolução número 01” – que são vários poços, “poderá ser
1088 anexado o RTB existente, desde que associado a um relatório atualizado.” – esse relatório, não sei se era interessante
1089 colocar aí, que ‘ele deveria vir acompanhado de uma ART ou de pelo menos um responsável técnico competente’,
1090 porque quem é que vai fazer esse relatório?” **Gizélia Rodrigues (SERH/Seinfra)**: “Desculpe **Crys**, aonde é essa
1091 última modificação?” **Crystianne Rosal (Apac)**: “É o inciso II, ainda do artigo 3º. Ou coloca aqui que esse relatório
1092 atualizado, que fala o inciso III, ‘venha com ART ou seja ele assinado por um técnico competente’ – porque não é
1093 qualquer pessoa que poderia fazer esse tipo de relatório!” **Simone Rosa**: “Com licença, **Crys**, só um minutinho! Veja,
1094 eu não sei se você concorda comigo? É só uma questão de ordem. Eu, na minha opinião, eu acredito que são muitas
1095 alterações para que os Conselheiros, que não receberam isso com antecedência – e isso é processo tão pertinente –
1096 não é nenhuma crítica, mas o que eu estou entendendo é que vai ficar difícil, não acho viável que a gente delibere
1097 nessa reunião! Eu acho que seria melhor, a minha proposta aqui – vou ouvir a **Nyadja**, que tinha pedido para falar, o
1098 **José Carlos**, a **Cássia** novamente, mas a minha proposta é que a gente volte para a CTAS, faça as devidas
1099 alterações e aí na próxima reunião do Conselho, os Conselheiros recebam, com a devida antecedência, o texto final
1100 que não é uma praxe, repito, aqui no Conselho, a gente fazer essas alterações – que eu achei que era uma ou duas,
1101 coisa muito pouca, mas eu estou vendo que não é só isso e que realmente, tem mais coisa! Então, eu acho que é mais
1102 adequado que a gente, de fato, veja todos os detalhes e na próxima reunião que a gente faça essa deliberação,
1103 inclusive, pedir aqui à Coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas que proceda dessa forma – como
1104 todas as câmaras procedem, de que isso vá para os Conselheiros, já com o texto final, para que a gente aqui já venha
1105 com o Parecer e faça a aprovação do texto final, para não correr o risco de uma resolução – todas são importantes, é
1106 claro, mas aqui a gente vai fazer alterações importantes, que rebatem em diversos usuários! Então, eu não sei se você
1107 concorda comigo, **Crys**? E aí eu vou ouvir as pessoas que estão inscritas, mas a minha proposta é nesse sentido: de a
1108 gente não deliberar e aí se façam as devidas alterações e volta na próxima reunião com o texto final, para que a gente
1109 possa entender – porque eu me coloco no lugar de cada Conselheiro, que tem que agora, em poucos minutos, ler,
1110 entender e já tomar uma decisão! Então, essa é a minha leitura!” **Paulo André Silva (Fazenda Fieza)**: “Acabei de
1111 escrever no Chat!” **Simone Rosa**: “Então, eu não sei se está aberto aí, **Nyadja** que é da COMPESA, tinha falado – se
1112 você quiser manifestar?” **Crystianne Rosal (Apac)**: “Eu tenho outras colocações **Simone**, mas se a decisão for voltar,
1113 eu acho que não cabe mais eu falar – mas dependendo do que vocês decidirem eu termino de falar, ou não, ok?”
1114 **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Veja, a alteração é pequena mesmo, no caso, se eu puder explicar? Porque
1115 **Crystianne** colocou lá que a ementa não está compatível, mas ela está porque no caso são: Sistemas de
1116 Abastecimento de Água – é um, certo? E Solução Alternativa Coletiva é outra! Então, lá em cima está escrito: ‘ao uso
1117 de sistemas’ – que você lendo, particionando, no português você vai ler: ‘sistemas de soluções alternativas coletivas
1118 para o abastecimento público. Então, eu tenho sistemas de abastecimento público, e o outro é soluções alternativas
1119 coletivas! Então, dentro dele está lá, a entidade, informando quais são os dois – Sistema de Abastecimento de Água,
1120 está descrito exatamente o que é, e Solução Alternativa também está descrita o que que é – aquela redação escrita,
1121 ‘sistemas e soluções alternativas coletivas’ isso é da Legislação Federal – ela já vem direto desse jeito, e ela engloba
1122 justamente essas duas situações! Para isso, houve a definição aqui embaixo! Então, quanto àquilo ali, a gente não
1123 teria nada para mudar naquilo. A única mudança, de fato é: a Apac pediu para incluir a palavra “ou regularização” –
1124 onde está escrito “primeira outorga”, colocar “ou regularização”, e o outro foi que: na última reunião, foi definido que
1125 não precisa dos Testes de Bombeamento nas renovações – que isso estará sendo contemplado com relatório e que
1126 todos eles têm que ter sim, a ART – e já está escrito aqui que: ‘o RMTP e correspondentes deverão ser resultados’ e já
1127 diz que ‘ele é também acompanhado de ART’ – está escrito aqui! Se você olhar, ele já está escrito aqui, colocando que
1128 ‘ele tem que ter essas especificações’ – ele vai ter que ter tudo isso! Lá no parágrafo 2º, ele já diz: ‘nos casos não
1129 contemplados, deverá ser substituído por no mínimo a especificação’ – esse outro relatório e tudo, tudo aqui está já
1130 incluído com ART. Então no caso veja, essa resolução foi revista, revisada totalmente, junto com o pessoal da própria
1131 Apac, **Clênio** e **Matheus**! Então, se tem outras alterações a serem feitas, a gente precisaria de uma reunião com
1132 **Crystianne**, lá na reunião da CTAS!” **Crystianne Rosal (Apac)**: “É questão de entendimento, **Cássia**. Porque quando
1133 eu chamei **Clênio** aqui e ele disse que não participou, e que também não tinha visto o que eu coloquei, por exemplo,
1134 no artigo 4º coloca-se: “o Relatório Técnico de Manutenção, e correspondentes resultados das análises químicas e
1135 microbiológicas, nos termos dessa Resolução, deverão ser apresentados anualmente à entidade outorgante.” Aí, já no
1136 inciso I, do mesmo artigo 4º, coloca-se: ‘o Relatório Técnico é obrigatório, no mínimo, a cada 05 anos.’ É no mínimo a
1137 cada 05 anos, ou anualmente? Eu estou vendo com olhar de quem vai executar! Tanto o **Matheus**, quanto o **Clênio**,
1138 não soube me esclarecer isso, quando eu perguntei aos dois! ‘Exceto quando comprovada a impossibilidade técnica

1139 de retirada do sistema de bombeamento.’ – eu gostaria que essa impossibilidade técnica ficasse clara – é o que?
1140 Quando a bomba não pode ser retirada por impossibilidade física, ou porque abastece uma cidade inteira? Porque
1141 impossibilidade técnica é uma palavra muito ampla, entendeu? Então assim, ficar mais especificado isso aí – o que
1142 quer dizer, não é? Aí vem novamente aquela questão do inciso II, do artigo 4º, que vocês colocaram: ‘níveis estático e
1143 dinâmico e teste de vazão específico’. Está se falando então aí, de um Teste de Vazão simples, não é? Só, sem ser
1144 aquele Teste de Bombeamento completo? Estou entendendo isso – são dúvidas, entendeu? E esse artigo 5º,
1145 especificamente esse artigo 5º, a Apac não concorda com a colocação dele: ‘Caso fortuito ou de força maior,
1146 devidamente fundamentado pelo requerente, que dificulte ou impossibilite a plena realização de algum elemento
1147 exigido no artigo 3º - que é a entrega de tudo que se está exigindo, para o sistema de abastecimento dessas águas,
1148 não é? ‘será submetido ao deferimento ou indeferimento da entidade outorgada’. Veja, se tem uma Resolução que diz
1149 o que tem que pedir e o que não tem que pedir – então não tem que colocar nada para a Apac decidir se vai ou não
1150 entregar. Então, eu tenho uma Resolução aqui, é para, como você esclareceu aí, se sistema de abastecimento público
1151 e público coletivo, não é? Sistemas Alternativos Coletivos. Então não tem por que colocar, então você bota:
1152 ‘devidamente fundamentado, que dificulte’ – isso é uma coisa muito subjetiva! Então, eu acho que essas subjetividades
1153 a gente não precisaria dentro da Resolução! E por fim, só para terminar, quando a gente fala aqui: ‘instituir o benefício
1154 de progressividade’ – estou entendendo que é um TAC, que até fala depois, na outra página, que é um Termo de
1155 Compromisso, aí vocês colocam prazo de 180 (cento e oitenta) dias – a gente fez um TAC, ano passado com a
1156 COMPESA, que deu 02 (dois) anos para ela entregar as coisas, então assim, e 02 (dois) anos foi a COMPESA chiando
1157 muito – 180 (cento e oitenta) dias são 06 (seis) meses! É um prazo razoável e ele já tem que entregar no pedido – no
1158 pedido, ela tem que entregar tudo que está aí – tem 01, 02, 03 e 04. Então só pra gente não estar criando coisas, que
1159 depois chega aqui, “ah, mas esse prazo é curto, a gente não vai conseguir.” Então, eu queria só fazer essa colocação!
1160 Depois no inciso III, do artigo 7º, coloca que: de imediato – eu estou entendendo que é de imediato – é mais uma
1161 dúvida, tá? ‘Receberão termo de outorga provisória’ – quer dizer, então assinou o Termo de Compromisso lá, a Apac já
1162 emite um termo de outorga provisória, entregando esses elementos aí que se colocou nos itens 01, 02, 03 e 04, do
1163 artigo 7º.” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Crystianne**, obrigada pelas suas contribuições! E eu vou pedir, **Crystianne**, que
1164 você ou alguém que trabalha para essa Diretoria, que faça um breve relato porque assim, a gente só vai ter disponível,
1165 formalmente, tudo isso que você falou aqui, quando a gente tiver a Ata dessa reunião – que demora um pouco! Então,
1166 esses pontos que foram levantados, eu queria só que alguém aí do setor de outorga, da Apac, pudesse colocar aí, por
1167 escrito, para enviar isso aqui para a gente!” **Crystianne Rosal (Apac)**: “Eu mesma posso repassar, posso repassar!”
1168 **Simone Rosa**: “Isso, perfeito! Porque aí a gente já ataca todos os pontos de uma vez só, informar também que a
1169 gente não vai poder mais deliberar sobre essa Resolução, porque nós já estamos sem quórum, certo? Então,
1170 independente, daquela questão de ordem, de manifestação aqui no chat, já de Conselheiros informando de que é
1171 melhor amadurecer a ideia – como eu já tinha proposto no início, eu vou passar a palavra então para a **Nyadja** e para
1172 o **José Carlos** – já sabendo de antemão de que não vai ter deliberação nesta reunião, e que a gente vai receber essas
1173 contribuições aí da Apac, que a **Crys** colocou aqui pra gente – vamos receber, formalmente, e já vamos ter uma nova
1174 versão então, para que isso volte para deliberação na próxima reunião. **Nyadja**, por favor.” **Nyadja Ramos**
1175 **(COMPESA)**: “Bom dia a todos, bom dia **Simone**, bom dia a cada um dos Conselheiros que estão participando no dia
1176 de hoje! Primeiro, dizer da importância desse tema. A COMPESA vem, ao longo desses últimos meses, inclusive eu,
1177 particularmente, acompanhando exatamente essa progressividade da questão dos poços! Eu queria deixar de forma
1178 bem objetiva, o desafio que é, de fato, fazer um Teste de Bombeamento para municípios, que muitas vezes só tem seu
1179 abastecimento através de poços! Então, isso tem ocorrido aí nos últimos meses, a gente tem cumprido o que foi
1180 acordado, juntamente com a Apac, mas do ponto de vista prático, eu queria pedir a sensibilidade de todos que estão
1181 aqui presentes, já que um dos temas principais que são discutidos em todos os encontros é o tema da sustentabilidade
1182 e a sustentabilidade, afinal de contas, é pensar também no social, nas pessoas! Então, quando a gente, para os poços
1183 já existentes, quando a gente tem que realmente realizar testes, esses testes levam de 07 (sete) a 14 (quatorze) dias –
1184 então, muitas vezes é 07 (sete) a 14 (quatorze) dias uma comunidade, uma cidade inteira sem abastecimento de água
1185 – e eu venho acompanhando isso durante esses últimos meses. E assim, é muito complexo, você deixar uma
1186 população sem água por tanto tempo! A gente tendo essa opção, que é uma opção que eu digo que é uma opção
1187 segura! A gente vê aqui, no caso da Região Metropolitana, a gente sabe que ela sofre menos, tem menos problemas
1188 em relação às variações climáticas, em relação a um manancial de nível, a uma barragem. O poço subterrâneo,
1189 historicamente, a gente consegue ter uma proteção maior e uma confiabilidade, uma constância na vazão maior do
1190 que os demais – então assim, é um tema muito importante! É importante que esse texto, realmente fique claro, fique

1191 objetivo, e obviamente que a gente tem todo o compromisso dos poços novos! A gente tem aí, do ano passado pra cá,
1192 em torno de 33 (trinta e três) poços sendo novos, sendo perfurados aqui na Região Metropolitana – mais na Área Norte
1193 da Região Metropolitana e, obviamente que a gente tem que seguir todo o procedimento, enfim, a regularidade desses
1194 poços. Mas, para os poços antigos, eu digo a vocês que a gente tem cumprido o acordo da progressividade, mas tem
1195 sido um transtorno imenso para a população – e paralisar e deixar a população, às vezes sem nenhuma outra
1196 alternativa – esse tempo todo sem água nas torneiras! Então, só um contraponto que eu queria colocar para todos
1197 vocês, para que fosse pensado também na hora da aprovação dos itens relativos a esses testes nos poços antigos, já
1198 existentes! E agradeço aí a fala, obrigada a todos!” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Nyadja!** O **José Carlos** também pediu a
1199 palavra – eu pediria só que fosse breve, porque a gente está aqui, no adiantado da hora, então que fosse bem breve,
1200 **José Carlos**, sobre esse assunto, para a gente poder encerrar.” **José Carlos Queiroga (CTPPP-Fiepe-Titular)**:
1201 “Primeiro, parabenizar a sua decisão de não lançar em votação esse tema que está muito solto! Tem muitos pontos
1202 soltos nessa proposição, dificilmente compreensíveis para quem está fora do sistema ou vendo a exposição apenas
1203 verbal. Então, outra coisa importante, a gente está perdendo tempo e fazendo discussão, quase que fazendo uma
1204 nova redação aqui, em tempo real, está falando de um tema tão importante! Essa coisa tem que ser mais bem
1205 pensada, como foi dito, detalhada, e deixar sem dúvida de interpretação para que não dê problema na hora do
1206 processamento das coisas. Quanto foi colocado também de uma forma muito importante a posição da COMPESA, que
1207 certamente essa coisa de abastecimento com um poço só não deve ser muito comum. Então, devem ser poucas as
1208 localidades que ficam dependendo totalmente de um teste sobre um poço – isso é um ponto a ser colocado – ele
1209 deveria ter mais que um poço, porque quem tem dois, tem um! Então, seria uma questão de regularização desse
1210 procedimento! Mas eu concordo, porque não dá, não é prudente fazer a votação desse tema, nesse instante! É preciso
1211 mergulhar a fundo e todos os maiores interessados participarem dessa discussão, se possível então, e voltar para uma
1212 próxima reunião, porque afinal de contas o Conselho só tem 04 (quatro) reuniões por ano, então são 30 (trinta) e
1213 tantos Conselheiros – eu não sou Conselheiro, mas são 30 (trinta) e tantos Conselheiros! Como é que essas pessoas
1214 vão poder votar conscientemente em um tema assim, tão misturado como ainda está? Eu acho prudente e acho
1215 absolutamente correta a decisão de **Simone**, a respeito da não conclusão desse tema agora!” **Simone Rosa**: “Ok,
1216 obrigada, **José Carlos!** Bem, **Cássia**, não sei se você ainda quer falar, porque diante dessa decisão, eu acho que a
1217 gente deixa para o futuro, mas você ainda quer se manifestar?” **Cássia Araújo (CTAS-Anbem)**: “Quero sim. Veja só,
1218 eu queria deixar bem claro, principalmente para a **Crystianne**: eu fui em busca da Apac diversas vezes, tive reunião
1219 diversas vezes. Essas Resoluções foram todas encaminhadas por antecipação, inclusive antes de colocar na própria
1220 reunião! Esse prazo que ela questionou, foi a pedido da própria COMPESA, essa Resolução foi elaborada pela própria
1221 COMPESA e trabalhada na câmara técnica, pela câmara técnica! Então, algumas coisas a câmara técnica discordou,
1222 outras, a câmara técnica concordou que poderiam ser abertas as exceções! Então assim, eu gostaria neste momento
1223 sim, concordo que deva retornar, inclusive porque vai fazer sentido as duas virem juntas, aqui para o CRH – tanto a
1224 que contempla abastecimento público, quanto a outra geral! É bom que as duas estejam caminhando juntas, é ótimo,
1225 mas eu gostaria que a Apac, realmente, quando fosse encaminhado para ela, que ela olha-se, que ela lê-se, que ela
1226 visse, e que respondesse, para que novamente não ocorresse o que está acontecendo aqui hoje – **Crystianne** fazer
1227 colocações, quando isso foi totalmente encaminhado, visto, revisto, revisado – passei dias lá, dentro da Apac, com o
1228 pessoal! Então, isso eu queria, esse compromisso da Apac, que na próxima reunião esteja presente, e já seja tudo isso
1229 contestado, e não, deixar para ser contestado aqui e agora, porque essa Resolução, neste momento, ela já está sendo
1230 justamente um desmembramento de uma outra contestação da Apac, em relação a uma Resolução que foi totalmente
1231 aprovada, que foi votada pelo CRH, que só faltou ser publicada e depois disso, ela foi para a Apac, a Apac fez uma
1232 série de considerações, em cima dessas considerações houve esse desmembramento! Então, eu acho que a gente
1233 não pode ficar, a gente faz na câmara técnica, retorna e só depois é que a Apac olha de verdade! Então, precisa que
1234 haja esse compromisso por parte da Apac – para olhar antes, para a gente não passar por uma situação igual a essa e
1235 nem perder tempo com o Conselho, que se reúne tão poucas vezes e que tem que ser tão objetivo! Então, eu queria
1236 realmente, que isso fosse registrado e é sim, uma reivindicação e um desabafo, porque a oportunidade não faltou para
1237 a Apac se manifestar, é isso, obrigada!” **Simone Rosa**: “Obrigada, **Cássia**. **Crys**, por favor.” **Crystianne Rosal (Apac)**:
1238 “Só dizer a **Cássia** que ela tem o total compromisso nosso, de participação – que não é, não é questão de vir aqui
1239 expor, foram dúvidas que a gente teve, neste momento, porque eu acho que é um momento sim, oportuno – antes da
1240 aprovação, pois até depois da aprovação, você veja que existe dificuldade na execução, muitas vezes, do que as Leis,
1241 as Resoluções e até os Decretos trazem na execução, e sempre cada um de nós, teremos olhares independentes para
1242 quando se faz uma leitura e o que que a gente vai executar! Na hora que é perguntei a quem você conversou, eles não

1243 sabiam responder – existe dualidade, dúvida, ali na questão de 05 (cinco) anos, de 01 (um) ano. Enfim, assim, acho
1244 que a gente está sempre à disposição, quantas vezes for necessária, mas sempre vai existir isso, **Cássia**, agora ou
1245 após a aprovação, porque a execução traz esses problemas.” **Simone Rosa**: “Ok, então prestados os devidos
1246 esclarecimentos e com o compromisso da Apac de participar – que já estava participando, até eu pedi aqui o registro
1247 da câmara técnica, mas não convém entrar nos detalhes agora, então retirada de pauta essa deliberação e
1248 voltamos ela para a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, aí com a participação da Apac, para a gente trazer
1249 aqui para a pauta, em uma próxima reunião. Com isso, nós cumprimos a nossa pauta de Informes e deliberações. Tem
1250 um ponto que a gente sempre deixa para o final, que é Outros Assuntos – caso algum Conselheiro queira se
1251 manifestar! Eu consulto se alguém tem algum outro Informe, algum assunto que queira colocar aqui no Conselho? Não
1252 temos nenhuma manifestação! Bem, então com isso eu faço o encerramento, lembrando que a nossa próxima Reunião
1253 Ordinária está prevista para o dia 06 de dezembro – conforme a nossa programação anual, e que conforme tínhamos
1254 já conversado antes, vamos fazer essa reunião presencial – a menos que haja algum imprevisto, mas a princípio, ela
1255 será presencial, lá no Auditório do DER – como sempre acontecia, como sempre fazíamos e no dia 06 de dezembro.
1256 Eventualmente, se houver algum outro fato novo, poderemos convocar alguma Reunião Extraordinária. Agora, nós
1257 estamos em setembro, ainda temos outubro e novembro – quase que 03 (três) meses nos separam da próxima
1258 reunião! Então, se não há mais nenhuma manifestação, dou por encerrada a reunião, agradeço a presença de todos e
1259 até a nossa próxima reunião, sendo que estamos sempre abertos aí, por e-mail, para inclusive, aceitar novos pontos
1260 de pauta, às vezes a pauta ela é feita pelo próprio Conselho – então reforçar esse ponto de que os Conselheiros têm
1261 liberdade de sugerir aí pontos de pauta e de encaminhar aí para a nossa Secretaria Executiva – para a **Gizélia**, para a
1262 **Sandra**, que dão o nosso apoio para que a gente então possa construir a próxima pauta, em função das demandas
1263 dos Conselheiros. **Gizélia**, se quiser dar algum recado, pode falar.” **Gizélia Rodrigues (SERH/Seinfra)**: “Desculpe a
1264 insistência, Secretária, mas duas pessoas que estão presentes **Bárbara Portela** e **Vitor Florêncio** não se
1265 identificaram no Chat e eu, infelizmente, não tenho como reconhecê-los, identificá-los na Ata!” **Simone Rosa**:
1266 “Desculpe **Gizélia**! Eu os conheço, são alunos de pós-graduação, que eu gentilmente convidei para assistir a reunião
1267 do Conselho, como uma aula prática para a disciplina de Engenharia de Recursos Hídricos – onde a gente aborda a
1268 gestão. Então, **Bárbara Portela** e **Vitor Florêncio** são alunos da UPE, no Mestrado de Engenharia Civil – como a
1269 reunião é pública, eu considero que ela é uma capacitação aí, é o que a gente coloca como teoria em sala de aula –
1270 esqueci de dar essa orientação! Obrigada a todos e bom dia a todos!” **Gizélia Rodrigues (SERH/Seinfra)**: “Licença,
1271 se a senhora puder, coloque lá no Chat para ficar registrado.” **Simone Rosa**: “Ok, pode deixar, farei o registro! De
1272 nada, e boa tarde a todos, até nossa próxima reunião!” XX

1273
1274

SIMONE ROSA DA SILVA
Secretária Executiva do CRH